

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRÍTO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

KELLA RIVETRIA LUCENA XAVIER

**MULHER E PODER NAS PÁGINAS DA REVISTA
VIDA CAPICHABA.
(1923-1945)**

**VITÓRIA
2008**

KELLA RIVETRIA LUCENA XAVIER

**MULHER E PODER NAS PÁGINAS DA
REVISTA *VIDA CAPICHABA* (1923-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Nader.

**Vitória
2008**

KELLA RIVETRIA LUCENA XAVIER

**MULHER E PODER NAS PÁGINAS DA REVISTA
VIDA CAPICHABA.
(1923-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em História do Centro de Ciências Humana e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Orientadora

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. Fábio Muruci
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Profa. Dra. Sonia Maria Barreto da Costa
Faculdade Batista de Vitória – FABAVI

Aos meus pais que amo muito.
Às minhas irmãs pela força e apoio.
Ao meu marido pelo amor.
À profa. Dra. Beatriz pela paciência e carinho.

AGRADECIMENTOS

RESUMO

A revista *Vida Capichaba* é considerada um marco na imprensa capixaba, por se apresentar como veículo do ideário de modernização no Espírito Santo, sendo uma das responsáveis pela divulgação de idéias e modelos sociais considerados “modernos”, durante o período entre 1923 a 1945. O discurso contido nos artigos da revista tornou-se um referencial, principalmente para as mulheres de classe média e alta, que encontravam na revista uma fonte de informação e atualização sobre assuntos bem diversos (moda, política, literatura, costumes) gerando uma expectativa sob comportamento a ser seguido. Dessa maneira, a revista *Vida Capichaba* tornou-se um instrumento social que veiculava padrões e normatizava o comportamento feminino, principalmente ao que se refere ao casamento, função primordial da vida da mulher.

Palavras-chave: Mulher; Imprensa; Poder.

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Colocar o número das páginas na frente dos pontinhos.....

- Figura 1 – Modernização de Vitória.....
- Figura 2 – Mulher melindrosa.....
- Figura 3 – Propaganda de automóvel.....
- Figura 4 – Propaganda de remédio.....
- Figura 5 – Propaganda do remédio *Regulador Gesteira*.....
- Figura 6 – Propaganda da loja *Casa Verde*.....
- Figura 7 – Flagrantes na Rua Jerônimo Monteiro, Vitória.....
- Figura 8 – Página de moda feminina.....
- Figura 9 – Banho na Praia Comprida.....
- Figura 10 – Banho na Praia Comprida.....
- Figura 11 – No mundo da tela.....
- Figura 12 – Propagandas de espetáculos cinematográficos.....
- Figura 13 – Coluna *Feminea*.....
- Figura 14 – Educação: um direito político das mulheres.....
- Figura 15 – A procura do *príncipe encantado*.....

SUMÁRIO

Falta mudar as páginas.

INTRODUÇÃO.....

CAPITULO I – A imprensa na História do Brasil: da chegada da Corte Portuguesa à Era Vargas.....

1.1. A imprensa no Brasil no século XIX.....

1.2. A Imprensa na era republicana (1889-1945).....

CAPITULO II – A concretização da modernidade brasileira e a influência da imprensa.....

2.1.

CA Modernidade e modernização.....

2.2 Acepções sobre a imprensa.....

2.3. O poder da imprensa e o comportamento feminino.....

CAPITULO III – Revista *Vida Capichaba* e o perfil feminino.....

3.1. Revista *Vida Capichaba* e sua importância para a sociedade capixaba.....

3.2. O perfil feminino traçado pela revista *Vida Capichaba*.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....

ANEXOS.....

INTRODUÇÃO

Estudar a história do Espírito Santo de 1923 a 1945, pelas páginas da revista *Vida Capichaba*, meio de comunicação que polemizou e emocionou além de ditar modas, normas e até conceitos ao leitor capixaba¹, num período em que o país cada vez mais se urbanizava e a sociedade passava por transformações, é contribuir com a reconstituição de uma parte da história cultural brasileira.

Vida Capichaba foi um veículo de comunicação que contribuiu com mudanças no jornalismo capixaba e sendo considerada também, um marco na imprensa espírito-santense, pois implementou no Estado o que havia de mais moderno nos parques gráficos nacionais. Além disso, a revista tornou-se porta-voz da modernidade que se proclamava pelo Brasil.

Durante os anos de 1920, a revista em epígrafe foi marcada por reportagens feitas por colaboradores de renome no Espírito Santo. Os intelectuais capixabas usaram a revista como divulgadora de seus ideais e queriam transformar o Espírito Santo numa capital cultural tal como acontecia no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A revista era recheada de notícias das mais importantes capitais nacionais e internacionais e era um veículo de discussão dos temas que mais

¹ Essa idéia sobre a imprensa capixaba é expressa nos trabalhos de BITTERCOURT, Gabriel. *Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1998; RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Literatura no Espírito Santo: uma marginalidade periférica*. Vitória: Nemar, 1996; ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *Vida Capichaba: o retrato de uma sociedade - 1930*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História do Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000; BARRETO, Sônia Maria da Costa. *Revista Vida Capichaba*. Disponível em: <http://www.olharcritico.com.br/olharcritico/ver_artigo.asp. Acesso em 15 de maio de 2007; ZANOTTI, Daniella; GALLETO, Patrícia; PONTES, Fernanda e FRANÇA, Ceciana. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 349 a 392.

afligiam os capixabas, como a questão das mudanças de comportamento que vinham acontecendo no início do século XX. Cita-se como exemplo a questão do voto feminino.

A revista *Vida Capichaba* também usou toda sua popularidade e credibilidade a serviço da construção da “nova mulher”. Mostrava uma imagem relacionada às mudanças de um país que despia suas mulheres das saias longas e as urbanizava com biquínis, *blush* e pó-de-arroz, ou seja, buscava moldar o comportamento feminino com novas formas de vestir e de se mostrar para a sociedade. Essa imagem, que incluía a utilização da maquiagem e de produtos femininos de beleza como símbolo de moderno e novo, ilustrara as capas da revista desde a primeira edição. Apresentava-se então, não apenas como a primeira revista moderna do Estado, mas como um novo meio de retratar o universo feminino, objeto de estudo delimitado neste trabalho.

A revista *Vida Capichaba* divulgou padrões sociais para as mulheres das camadas mais privilegiadas da sociedade, priorizando temas como comportamento, moda e política. Isso possibilitou que fizéssemos uma pesquisa histórico-jornalística, no período em que, no Brasil, as idéias de modernidade e modernização estavam em seu ápice. Período que ficou conhecido como *Belle Époque*.

Nessa época, a imagem feminina mostrada pela *Vida Capichaba* era de um universo glamoroso, uma realidade fantasiada, a partir de informações vindas dos estúdios de cinema, que estimulavam moças e senhoras a se espelharem nas estrelas de Hollywood, as quais usavam cosméticos, belas roupas, tinham novas idéias e conquistavam a fama e o prestígio social. Mas foi, sobretudo, por meio da propaganda de produtos que enalteciam a beleza e que reforçavam a idéia de uma nova mulher, que a revista vendia o sonho de mudanças.

Para as leitoras da revista, as capas da revista eram vitrines. A cada edição, lindos rostos, maquiados segundo os padrões da época, enchiam as páginas em ilustrações e fotos. Mesmo que não fossem

estrelas do rádio ou do cinema, muitas mulheres eram retratadas pela revista, sempre acompanhadas de relatos pitorescos sobre sua intimidade. Bastava marcar presença em eventos sociais, como bailes, salões de festas e atividades esportivas ou beneficentes, para alcançar algum espaço para fotos ou textos nas páginas da revista. Por outro lado, esta priorizava a publicação de artigos que se caracterizavam por levar a mulher a ser representada como peça primordial da família, tendo no casamento sua grande realização.

Em média, dedicavam-se no semanário aproximadamente 40% das páginas para assuntos relativos à representação feminina, que compunha um perfil sempre ligado ao casamento. No decorrer do estudo, percebe-se que a revista foi incorporando às suas páginas, fotografias, caricaturas, publicidades, desfiles e colunas de modas, artigos e reportagens de diversas matérias especializadas em assuntos femininos estudados nesta dissertação. O período escolhido para a presente pesquisa limita-se de 1923, ano em que a *Vida Capichaba* foi criada até 1945, uma das fases mais complexas da história brasileira, quando ocorreu a deposição do presidente Getúlio Vargas, presidente brasileiro que a revista, em seus artigos, considerava ser um grande incentivador da modernidade brasileira. Durante o período, a revista mostrou em sua linha editorial temas ditos *modernos*, e desses procuramos avaliar a importância histórica a partir de padrões de comportamento, mostrados pelas reportagens e colunas sobre o tema *mulher*.

A coleção da revista *Vida Capichaba* encontra-se na Biblioteca Pública Estadual, que atualmente funciona no Instituto de Luiz Braille do Espírito Santo. Há praticamente todos os números da revista. E para a presente pesquisa foi utilizada uma amostragem de três revistas por ano durante o período pesquisado, portanto, de 1923 a 1945 foram estudados 66 exemplares da revista. A partir das leituras, deparamo-nos com uma multiplicidade de linguagens, tais como fotografia,

rotogravura, publicidades, textos jornalísticos, crônicas, novelas e colunas especializadas no público feminino, todas com conteúdos carregados de simbologias. São linguagens que contribuíram com a transformação do fazer jornalístico e que se utilizaram intensamente da imagem, precedendo uma era que estava por chegar e que, em poucos anos, viria mudar a linguagem da comunicação, por meio da implantação da televisão, em 1950.

Os aspectos aqui apresentados são interpretados à luz do pensamento de Michel de Certeau², de Peter Burke³ e de John B. Thompson⁴, que em seus estudos fizeram uma relação surpreendente entre a história, a linguagem e o jornalismo.

Segundo o pensamento de Certeau, as fontes escritas nos proporcionam um conhecimento analítico muito profundo de cada período estudado, pois para ele, apesar de a escrita ser manipulada por uma minoria, a população que recebe essas influências acaba fazendo uma triagem daquilo que pode ser usado, criando suas próprias conjunturas. Certeau chama tal fenômeno de “táticas” que seriam processos de criação ou de adaptação de uma determinada camada social. Podemos observar que a revista *Vida Capichaba*, apesar de insistir na submissão da mulher, também abria a ela outras alternativas, pois discutia os direitos femininos e a educação da mulher. Entretanto, o posicionamento da revista, que levava a mulher de volta ao seio da família, fazia com que muitas moças acabassem acreditando que seu papel social era realmente o casamento. A abordagem histórica de Peter Burke sobre a mídia, traça uma análise da influência da imprensa e da mídia na regulamentação dos valores sociais de uma

² Foram utilizadas as obras de Michel de Certeau *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, e *A cultura no Plural*. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

³ Foram utilizadas as obras de Peter Burke (org.) *História Social da Linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997, e *História social da mídia: de Gutenberg a Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

⁴ A obra de John B. THOMPSON utilizada foi *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

determinada época. O autor fundamenta a importância da linguagem dos meios de comunicação para a determinação social. John B. Thompson, teórico da comunicação social, ao tratar da imprensa e de sua importância para a sociedade, mostra como ela se tornou uma arma eficaz para a divulgação e criação de ideologias que buscavam criar modelos e concepções sociais que deveriam ser seguidas pelos indivíduos.

De fato, a imprensa pode ser percebida como um instrumento de manutenção e modificação social. E no Brasil, modernizador de meados do século XX, a imprensa adquiriu uma grande importância, pois para muitos intelectuais, políticos e alguns setores da sociedade, ela era o veículo para divulgar à população os valores da modernidade. E um desses valores mais discutidos pelos *modernos* era a regeneração familiar, que para se concretizar tinha que normatizar o papel social da mulher, historicamente sempre subjugada ao domínio da família e da vida privada.

Assim, o trabalho começa com a contextualização da imprensa no Brasil e a sua relação com a modernidade. O Capítulo I, centraliza-se no estudo histórico da imprensa no país, desde a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, no início do século XIX, quando D. João revogou a proibição da criação de tipografias, fundando a Imprensa Régia, até o período que Getúlio Vargas ascende ao poder e censura a imprensa. No decorrer da narrativa, revelam-se as múltiplas faces da imprensa brasileira, principalmente o seu poder na construção e difusão das idéias de modernidade e modernização, que chegaram ao Brasil com o príncipe regente, mas que somente se aprofundaram nas primeiras décadas do século XX.

No Segundo Capítulo discutiram-se os conceitos de modernidade e modernização que surgiram na Europa em meados do século XIX, apresentando as circunstâncias que favoreceram a sua criação, o que determinavam tais ideais e a influência da imprensa na transmissão e

fomentação dessas acepções. A partir dessas noções preliminares, verifica-se como os ideais de modernidade e da modernização chegaram ao Brasil, principalmente nas áreas urbanas e nas classes mais abastadas. Avaliando o papel dos intelectuais, políticos, médicos e outros setores da sociedade, para a concretização dessas concepções, enfatiza-se a idéia de modernização relacionada a uma reestruturação urbana e social, focada no projeto de reorganização familiar, fundamentado na normatização e disciplinarização do comportamento social feminino, pois a mulher era considerada a base da família. Logo, para realizar a modernização brasileira era preciso *modernizar* a mulher. Sendo assim, a imprensa passou a ser usada como mecanismo de manutenção do comportamento feminino.

No Terceiro Capítulo realizou-se um resgate histórico da revista *Vida Capixaba*, apontando a sua importância para a imprensa e a literatura capixaba, salientando a sua influência na sociedade espírito-santense, caracterizando-a como um instrumento de divulgação dos ideais de modernização que percorriam o Brasil e apresentando-a como uma fonte inestimável para o estudo do Espírito Santo de 1923 a 1945. Traçado esse panorama, aborda-se o fascínio que a publicação exerceu sobre o público feminino, ponderando como a revista foi uma das responsáveis pela normatização dos comportamentos femininos no Espírito Santo.

É importante ressaltar que, muitas vezes, as páginas da revista conduziram o trabalho por caminhos que abriram novas possibilidades de estudo, além de muitas informações falarem por si, evidenciando os principais objetivos da pesquisa. A análise não se deteve apenas ao que estava explícito, mas abrangeu o oculto, o implícito das entrelinhas, nas pistas deixadas pela própria revista em seus artigos, propagandas, editoriais, matérias, reportagens, fotos e colunas, no período de 1923 a 1945.

Em suma, analisar a importância da imprensa em meados do século XX é essencial para que se entenda de que modo ocorreu a modernização no Brasil e como essa construiu o ideal de comportamento social feminino.

Capítulo I

A imprensa na História do Brasil: da chegada da Corte Portuguesa à Era Vargas.

1.1 - A Imprensa no Brasil do século XIX

A imprensa no Brasil teve um caráter retardatário se comparada à Europa, aos Estados Unidos ou a alguns países da América Latina, como o México e o Peru. Proibida durante quase todo o período colonial brasileiro, era considerada uma atividade ilícita e, por isso, proibida.

A imprensa era vista com muitas ressalvas pela administração portuguesa, pois essa acreditava que a imprensa era responsável pela disseminação dos ideais liberais que percorriam a Europa no século XVIII.

Segundo Sodré⁵, em Portugal havia uma censura cerrada à imprensa promovida pela Igreja Católica e pelo próprio Estado, que buscavam restringir o conteúdo das publicações e limitar as idéias divulgadas.

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Graal, 1980.

No Brasil essa situação não seria diferente. Somente com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e com as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais acarretadas por este fato, é que a antiga colônia alterou o seu *status quo* para Reino Unido, obrigando a capital fluminense a processar uma série de modificações para se adequar à presença da Corte.

A transferência da Corte Lusitana aconteceu devido às guerras napoleônicas que estavam ocorrendo na Europa. Portugal, que era um país pequeno e fraco em relação à França napoleônica, via-se pressionado pelo governo francês a aderir ao bloqueio continental decretado contra a Inglaterra, ao mesmo tempo, que, encontrava-se preso à favores e dívidas com os ingleses. Diante do assustador quadro de ser invadido pelos franceses ou atacado pelos ingleses, o projeto⁶ de transladar a Corte Portuguesa para o Brasil se tornou a única solução plausível para evitar o confronto com as duas potências.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro a Corte Portuguesa foi recebida com festa pela população orquestrada pelo Conde de Arcos. Entretanto, os novos moradores da cidade se depararam com uma realidade muito diferente da que estavam acostumados em Portugal. Não havia quase nenhuma atividade intelectual ou cultural na cidade, salvo as quermesses, saraus em casa de famílias e as missas aos domingos, a vida era bem monótona e provinciana. Segundo Saint-Hilaire⁷, que aqui estive nesse período, a maioria da população era analfabeta e ignorante, inclusive os mais ricos.

A partir de 1808, a cidade do Rio de Janeiro adquiriu um novo e importante estatuto como capital de todo o Império Lusitano. Como

⁶ O governo português há muito tempo já estudava essa possibilidade, tanto que antes da invasão ou de sua notícia, os navios portugueses já estavam preparados com o Tesouro Real, arquivos e aparelho burocrático. Sobre o assunto ver DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *História de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

⁷ Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

nova sede metropolitana, concentrou todas as funções administrativas e políticas da metrópole. Em janeiro do mesmo ano, o príncipe regente decretou a abertura dos portos, gerando alguns protestos por parte dos comerciantes portugueses tão acostumados com o antigo sistema do pacto colonial.

Além disso, em primeiro de abril de 1808, o príncipe regente aboliu a proibição das manufaturas brasileiras, principiando as atividades de fabricação de tecidos, indústrias extrativas de diamantes, as atividades de ourives e uma incipiente siderurgia.

D. João após se acomodar, procurou imediatamente instalar no Brasil um sistema administrativo similar ao que havia em Portugal, com os Ministérios do Reino, da Guerra, Estrangeiro, a Marinha e o Ministério Ultramar, além dos Conselhos do Estado, da Fazenda, o Conselho Supremo Militar, as Mesas de Desembargo do Paço, a Consciência de Ordem e a Intendência Geral de Polícia. Todo esse aparato gerou uma maior centralização do poder na Capital, o Rio de Janeiro.

Exibia-se também uma grande inquietação quanto a adoção de medidas e políticas públicas que assegurassem um nivelamento do Rio de Janeiro às capitais da Europa. É nesse contexto que a idéia de modernidade chegou ao Brasil atrelada à preocupação com a modificação da infra-estrutura da cidade carioca e a concepção de se criar um quadro sócio-cultural que assemelhasse a nova capital do Império a Lisboa. Sendo assim, no Rio de Janeiro multiplicaram-se as obras nas ruas e a construção de casas, de acordo com as residências européias. O comércio de mercadorias de luxo, também se expandiu, devido a necessidade da Corte e dos habitantes locais, que procuravam imitar todas as modas dos nobres portugueses.

Tentando concretizar a idéia de tornar o Rio de Janeiro similar a Lisboa, o governo joanino começou a incentivar a criação de instituições de ensino, como as escolas régias, além de organizar uma estrutura de ensino primário e as cadeiras de arte e ofício que ensinavam profissões

de marcenaria, ferraria, entre outras. Além disso, fundou escolas de ensino superior como a Escola Médico-Cirúrgica na Bahia e as academias militares do Rio de Janeiro e Maranhão.

A vida cultural também se foi bastante diversificada, D. João VI criou a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico e os primeiros passos da imprensa brasileira.

D. João investiu na imprensa e literatura, criando a Imprensa Régia que publicava livros e jornais de acordo com as convicções do governo e permitiu a entrada de livros e criação de bibliotecas particulares, anteriormente proibidas.

O governo apoiava essas atividades financiando alguns autores e parte significativa da imprensa, que dependia dos cofres reais para se manter⁸. Essa abertura também possibilitou o surgimento de alguns críticos do sistema monárquico, como Hipólito da Costa, jornalista que publicava um jornal em Londres contrário a D. João.

Em 1816, D. João mandou trazer da Europa a Missão Artística Francesa, que contava com grandes nomes das artes e ciências do hemisfério norte, como Debret e Joaquim Lebreton. Essa iniciativa tinha como finalidade a gradual estimulação ao conhecimento da botânica, fauna e flora do Brasil, além de disseminar o caráter científico e acúmulo de informações ligadas às ciências naturais e às artes.

D. João acreditava que assim formaria discípulos, que seguindo os padrões europeus de modernidade e civilidade, comandariam os museus e escolas de artes, guiados pela força do aparelho oficial do Estado. Seu interesse era a transplantação e a ideologização dos modelos europeus pelos brasileiros.⁹

As mudanças impostas pela permanência da Corte Portuguesa no Brasil provocaram um abalo na sociedade local, pois os intelectuais que

⁸ SODRE, 1980.

⁹ SODRE, Nelson Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. 16ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

se destacavam pelo conhecimento científico adquirido nas escolas nacionais e universidades estrangeiras passaram a simbolizar a expressão política das classes dominantes e tornaram-se uma parcela considerável do funcionalismo público e militar. Essa nova configuração social brasileira se firmou no saber acadêmico, em detrimento ao conhecimento popular. Logo, a atividade intelectual passou a ser vista como uma maneira de ascensão social. E o intelectual foi se tornando o intérprete natural da sociedade.¹⁰

Nesse contexto, surgiram os primeiros jornais, que circulavam livremente pelo Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Idade de Ouro do Brasil*, publicações que se ligavam ao governo e eram por ele patrocinados.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* representou o jornal oficial da Corte no Brasil. Entretanto, ele não pareceu ser interessante ao restante do público, pois só se referia ao estado de saúde dos príncipes e nobres europeus, mostrando raramente algumas notas sobre documentação oficial do Império Português. Apresentava também algumas notícias, mas nada que fosse muito inovador, a maioria das páginas era reservada para panegíricos sobre a Família Real e poesias. O jornal sempre procurava apresentar o Brasil como um paraíso terrestre, sem mencionar em momento algum as idéias democráticas que ferviam na Europa e aqui.

Seu principal concorrente foi o *Correio Brasiliense*, fundado, redigido e dirigido por Hipólito da Costa. Era publicado em Londres e atacava o absolutismo e D. João. Tinha um grande público leitor e, apesar de ter sua venda proibida, entrava no Brasil clandestinamente, facilitado pela abertura dos portos, que promoveu uma grande circulação de navios estrangeiros nos portos brasileiros.

¹⁰ SODRÉ, 1989.

Sodré¹¹ caracteriza a imprensa dessa época como *Imprensa Áulica*, fazendo uma alusão à idéia de que o período em que D. João VI esteve no Brasil foi a fase de ouro da história brasileira. Além disso, a imprensa era considerada como um instrumento de louvação ao absolutismo.

As tipografias só podiam ser abertas com a autorização do príncipe, o que lhes dava um caráter oneroso e dificultava a criação de jornais independentes do Estado, privilegiando o monopólio da Imprensa Régia. Outros jornais da época que seguiam a mesma linha editorial da "*Gazeta do Rio de Janeiro*" foram: "*O Patriota*" (1813-1814); "*O Investigador Português*" (1811-1818); "*O Espelho*" (1814-1821) – sendo este último mais voltado para o comércio, não privilegiando os feitos da coroa.

A limitação imposta à abertura de novas tipografias e à falta de independência da imprensa causou indignação à incipiente intelectualidade brasileira, que via nos jornais da época um importante meio de divulgação das idéias liberais. Mesmo com o atraso com que essas doutrinas liberais chegaram ao Brasil, elas serviram de paradigma para a luta pela liberdade entusiasmada, principalmente pelos intelectuais, que acreditavam que a liberdade de imprensa era um fator determinante para a consolidação dos ideais liberais.

No Recife eclodiu em 1817 uma revolta de caráter republicano, que pregava a independência do Brasil, incluindo a criação de uma Constituição e a liberdade de imprensa. Foi o primeiro movimento brasileiro a pregar a liberdade de expressão e a promoveu a composição de um documento político declarando suas posições ao mostrar as injustiças do governo imperial. Assim inaugurou-se a imprensa livre.

Outra mudança desse período foi o crescimento do número de livrarias, que pode ser vista como uma maneira de luta pela

¹¹ *Idem.*

independência, pois ler e aprender eram atitudes consideradas anticolonialistas e de libertação.¹²

A Revolução do Porto impulsionou a volta da Família Real para Portugal, já que o movimento tinha um caráter liberal voltado para a convocação de uma Assembléia Constituinte, que exigia a volta imediata do rei. O medo de voltar a ser uma colônia atada a Portugal percorreu as elites brasileiras que se articularam para impedir a volta do pacto colonial e suas ramificações.

Esse momento teve conseqüências favoráveis para a imprensa brasileira, pois ela se tornaria a porta-voz do confuso quadro político que se apresentava e impulsionaria o processo de independência.

O processo de separação entre Portugal e Brasil foi resultado de uma série de embates e confabulações que tiveram como final a independência, baseada na figura do Imperador D. Pedro, apoiado pelas elites dominantes.

Porém, a independência não ocasionou a liberdade tão sonhada por muitos intelectuais e pela imprensa brasileira, pelo contrário, o governo de D. Pedro mostrou-se autoritário e tirânico.

Quando no poder Pedro I dispunha de ilimitada autoridade, o liberalismo tão sonhado estava derrotado e o clima na imprensa era péssimo, pois a censura voltou a ser um espectro muito presente. O desenvolvimento desse processo político resultou no fechamento da Assembléia Constituinte e com a total suspensão da liberdade de imprensa. Neste período surgiram e desapareceram inúmeros jornais, o que refletia a turbulência política e social desses tempos.¹³

Mesmo nesse clima de total perseguição à imprensa os jornais *Malagueta* e *Revérbero Constitucional Fluminense*, de caráter liberal, se posicionaram a favor de uma maior abertura política.

¹² SODRÉ, 1989.

¹³ SODRÉ, 1980.

A imprensa, no período de 1822 a 1830, ficou caracterizada pelos pasquins, um tipo de folha volante, de curta duração, que representa bem as lutas políticas do governo de D. Pedro e do período regencial.

Com uma linguagem panfletária e atrevida, o pasquim simbolizava as divergências entre as várias facções políticas, não se restringindo apenas a críticas políticas, mas também a ataques pessoais maliciosos.¹⁴

Mesmo com o cerceamento da imprensa, vale destacar o esforço de algumas províncias em buscar produzir jornais, principalmente de conteúdo liberal. Cita-se como exemplo os jornais *O Compilador Mineiro*, *Abelha do Itacolomi*, *O Patriota Mineiro*, *O Astro*, *O Farol Paulista*, jornais produzidos em Minas Gerais e em São Paulo.

Mas foi em Pernambuco que a imprensa se mostrou mais rebelde aos ditames imperiais. Nesta província foram ditados muitos jornais de caráter liberal e republicano, que contestavam o poder absoluto do imperador, destaca-se: *A Gazeta Pernambucana* escrita por Cipriano Barata; *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* e *Tifis Pernambucano* liderados por Frei Caneca. Os ideários divulgados por esses periódicos foram também responsáveis pela eclosão da Confederação do Equador, movimento este que queria separar o nordeste do Brasil.

As primeiras décadas do século XIX foram repletas de tensões políticas e problemas econômicos, frutos do processo de independência e a construção de nosso Estado nacional. Diante desse quadro crítico, a autoridade e popularidade de D. Pedro I foram enfraquecidas. Por fim, a divisão política no campo governista se tornou evidente. Os brasileiros reuniram-se ao grupo dos liberais se afastando do imperador, o que fortaleceu a posição dos portugueses, na sua maioria conservadores, próximos ao imperador.

¹⁴ SODRÉ, 1980.

O desgaste político do imperador já era irreversível, sendo a situação piorada com o assassinato do jornalista liberal Libero Badaró, que desencadeou o confronto aberto entre brasileiros e portugueses.

O imperador ainda tentou contornar a situação nomeando um novo ministério, entretanto não obteve sucesso. A crise se tornou insustentável, tendo o apoio até dos militares. Sem saída, D. Pedro abdica de seu trono em favor do seu filho Pedro de Alcântara, de apenas 5 anos, e parte para recuperar o trono português.

Devido à impossibilidade do imperador de assumir o trono, o governo brasileiro passou a ser exercido por um sistema de regência, que se caracterizou pela luta das diversas oligarquias pelo poder central.

No período regencial, a imprensa orienta-se em três campos políticos: o dos conservadores de direita, embalados pelo sonho da restauração da monarquia; o dos liberais de direita, que faziam o papel de centro e os dos liberais de esquerda. O combate entre essas facções se fazia principalmente nos jornais e pasquins.¹⁵

Esses embates não ficaram restritos somente à Corte em especial, mas também nas províncias, onde a luta política alcançava níveis altos, que geravam choques entre as camadas sociais. Os latifundiários – a classe mais importante – começaram a se preocupar com o avanço das idéias liberais e se uniram aos conservadores e liberais de direita mais moderados, para combater os liberais jacobinos.

A imprensa foi o mecanismo de divulgação de idéias e um instrumento que ajudou a desencadear as rebeliões que assolaram o regime regencial, pois era por meio dos jornais que as pessoas tomavam conhecimento dos acontecimentos governamentais e dos de suas províncias. Desses destacam-se *Povo*, órgão oficial da Revolução Farroupilha; *O Paraense* e o *Sagitário*, ambos liberais escrito no Pará; *O*

¹⁵ SODRÉ, 1980.

Jornal do Comercio, O Pirilampo, O Federal pela Constituição, O Guia Federal e o Separatista, publicados na Bahia; e, *O Publicador Oficial e o Farol*, publicados no Maranhão.

Nesse momento, o jornalismo produzido no Brasil foi caracterizado como jornalismo literário, pois a imprensa era vista como instrumento de luta política ou de embate entre ideais estéticos, o que mostrava seu compromisso doutrinário e seu engajamento ideológico.¹⁶

Com o aumento da instabilidade política no período regencial, os dirigentes do Império brasileiro começaram a tomar a consciência de que, sem instituições sólidas, não seria possível construir uma nação. Logo, era preciso que as oligarquias regionais se convencessem dos problemas acarretados pelo atual regime político e notassem as vantagens da volta do antigo regime monárquico, que seria capaz de garantir seus privilégios e reorganizar o país.¹⁷

O Segundo Reinado inaugurou uma nova fase na política e na imprensa brasileira. Depois da dissolução da revolta em Pernambuco, vai-se observando a predominância da Corte, com uma centralização progressiva do poder, esmagando qualquer ameaça que poderia aparecer. Nota-se a consolidação do latifúndio nas lavouras de café, o crescimento da entrada de negros no país. Os cafeicultores ganharam destaque na política nacional.

A imprensa deixou de ser panfletária e seu caráter político passa a ser subjugado, o que quase provocou o desaparecimento dos pasquins, tão importantes em períodos anteriores. A imprensa passou a ser o órgão que contribuía para a consolidação da estrutura escravista que repousava no latifúndio, não admitindo resistência e que devia servir ao

¹⁶ SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e poder*. Editora Unb, Coleção Comunicação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. P. 31 a 46.

¹⁷ DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2001.

Imperador, sendo um instrumento de apaziguamento e elevação de sua figura.¹⁸

Essa foi a imprensa do romantismo, que se afastou dos discursos políticos e se voltou para a literatura e as ciências. Os jornais tinham como colaboradores grandes autores da literatura brasileira como Machado de Assis, José de Alencar, Castro Alves, e outros.

A idéia de modernidade, anteriormente incipiente e fechada aos pequenos ciclos intelectuais próximos à Corte, encontrou na imprensa romântica um veículo muito propenso, já que com a estabilidade adquirida no Segundo Reinado, criou-se um clima de otimismo que desejava elevar o Brasil ao patamar das potências européias.

A partir de 1870, o conceito de modernização ganhou no Brasil mais visibilidade com a construção das Faculdades de Direito e de Medicina, além da criação do Instituto Histórico e Geográfico. Começava assim, a se estruturar no país uma camada intelectual que traria consigo a responsabilidade de formar uma identidade para o povo brasileiro.¹⁹

As transformações no século XIX, como a criação de estradas de ferro, a utilização do telégrafo, o desenvolvimento do sistema de correios, o crescimento do comércio, a chegada dos imigrantes, a organização bancária, e as inovadoras investidas na indústria, causaram alterações principalmente nas zonas urbanas. Essas se destacaram do campo e tornaram-se mais independentes, fazendo com que tais mudanças fossem sentidas com intensidade pela sociedade brasileira.²⁰

Todos esses acontecimentos também facilitaram a vida da imprensa com a distribuição de jornais em regiões mais distantes, e onde não se produziam periódicos, a informação tornou-se mais acessível.

¹⁸ SODRÉ, 1980.

¹⁹ SCHWARCZ, Lílian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁰ SODRÉ, 1980.

Aliás, no século XIX, a imprensa estendia seus limites para quase todas as províncias, era muito comum que cada região tivesse seus próprios jornais, nos quais se discutia política e literatura.

Esse é o caso do Espírito Santo, que teve sua primeira tipografia inaugurada em 1840, publicando seu primeiro jornal *O Estafeta*, dirigido por José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Contudo, esse diário só teve um único número e ignora-se a data em que foi publicado e o motivo de seu fracasso.²¹

Esse fato atrasou o desenvolvimento da imprensa capixaba por quase uma década, pois somente em 1849 sucedeu o lançamento do *Correio de Vitória*, que se tornou um dos principais jornais do Espírito Santo, sobrevivendo por 24 anos.

O *Correio de Vitória* preservava uma linha editorial denominada Dogma Político – Monarquia, Constituição e Liberdade. Apesar de seu caráter conservador, em suas publicações alguns artigos criticavam a Assembléia Legislativa Provincial, ocasionando seu fechamento por alguns meses.

Procurando seguir os padrões dos jornais da Corte a publicação do *Correio da Vitória* se relacionava com a imprensa carioca. Contudo, em 1850, quando o governo do Estado diminuiu os subsídios enviados ao jornal, o *Correio de Vitória* se proclamou independente de correntes políticas e diversificou seus temas. Passou a publicar textos históricos, crônicas, memórias e folhetins.²²

O segundo jornal de Vitória foi *Regeneração*, considerada uma publicação independente e, por ter uma impressão mais nítida e melhor elaboração dos textos, logo se diferenciou do *Correio da Vitória*.

Fora da capital capixaba, contudo, a imprensa também se desenvolveu muito, principalmente na região de Cachoeiro do

²¹ BITTERCOURT, Gabriel. *Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1998.

²² *Idem*.

Itapemirim, cidade considerada como o centro da produção cafeeira no Estado. Sua economia favoreceu a fomentação de idéias liberais e a criação de jornais. O mais importante jornal da região foi *O Cachoeirano*, e circulou desde o Império até meados da República.

Para Bittencourt ²³, a imprensa espírito-santense desse período se caracterizava pelo partidarismo, pois muitas vezes os jornais eram criados para defender alguma posição política.

O crescimento da atuação da imprensa no Brasil não ficou limitado aos jornais produzidos nas províncias, ou aos debates políticos, ou às discussões literárias, foram ampliados também, o público leitor e as áreas de influência. Em especial um setor da sociedade se beneficiou com o aumento dos tipos de publicações, as mulheres que, eram marginalizadas e enclausuradas no período colonial passaram a se exhibir mais em ruas e salões, seguindo os modelos europeus. Com essas mudanças de comportamento surgiram até mesmo jornais voltados para elas, como o *Jornal das Senhoras*, escrito e dirigido pela baiana Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco, em 1852. Apesar desta não ser a primeira publicação feminina, é considerado um marco nesse tipo de jornal por ser escrito, dirigido e direcionado às mulheres.

Buitoni ²⁴ acredita que o aparecimento de jornais e revistas ditos femininos mostra a evolução do capitalismo, que induzia à sociedade novas necessidades a serem satisfeitas. Dessa maneira, a imprensa feminina representava o ideal feminino, que era a família e o casamento, logo seus artigos oscilavam entre literatura, moda e artes domésticas. A função da imprensa feminina era o entretenimento ou o debate sobre questões, utilitárias práticas e didáticas, relacionadas a função da mulher na sociedade.

²³ BITTENCOURT, 1998.

²⁴ BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Editora Loyola, 1981.

Mesmo com as limitações próprias da ideologia reinante, a imprensa feminina multiplicou seu número de jornais e, ainda no século XIX, distinguiu-se em duas direções bem distintas. Uma delas, tradicional, não permitia liberdade de ação fora do lar, uma vez que buscava engrandecer as virtudes domésticas e as qualidades ditas femininas, e, a outra, progressista, que defendia os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação.²⁵

Portanto, o ramo da imprensa feminina que pregava as *virtudes domésticas e qualidades femininas* prevaleceu, pois havia uma grande pressão ideológica para que as mulheres aceitassem essas acepções.²⁶

Então, pode-se constatar que a imprensa feminina do século XIX, como outros ramos da imprensa brasileira, mostrava as contradições e as inovações que se processavam no Brasil.

A primeira revista brasileira, *Ilustração Brasileira*, foi criada em janeiro de 1855, por Ângelo Agostini, um precursor da fotografia no Brasil, e representou o avanço da imprensa no país. Sua composição era feita de gravuras litografadas, e utilizava as mais apuradas técnicas em vigor na Europa. Aliás, toda a revista seguia os mesmos padrões das revistas publicadas na Europa e Estados Unidos.

Segundo Seabra²⁷, a imprensa neste momento passou a ser vista como um produto, uma mercadoria. Logo os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocuparam um espaço antes reservado para um mero debate, tendo um espaço menor, pois os veículos de comunicação eram os portadores dos interesses das classes produtoras e das classes médias da população. Rigor e sofisticação na apresentação dos periódicos e nos textos eram exigências que caracterizavam o chamado jornalismo informativo e estético.

²⁵ BUITONI, 1981.

²⁶ *Idem*.

²⁷ SEABRA, 2002.

Os intelectuais, juntamente com a nova aristocracia surgida com a economia cafeeira, desejavam inserir o Brasil no ideal de modernidade, tal qual ocorria na Europa. Alguns dos aspectos que desagradavam esses setores da sociedade era o sistema político imperial e o regime escravocrata. A incompatibilidade do trabalho escravo com a nova ordem capitalista, que procurava novos consumidores, aumentava a pressão internacional contra o Brasil, que continuava sendo o único país escravista das Américas.

Nos anos de 1860, o movimento abolicionista cresceu significativamente e originou jornais, associações e lideranças abolicionistas das mais diferentes camadas sociais. As idéias republicanas já estariam sendo difundidas no Brasil desde o processo de independência. Contudo, somente a partir de 1870, é que elas ganhariam uma base social mais definida e começariam a se organizar como movimento político. Os principais setores sociais envolvidos nessas organizações republicanas eram dos profissionais liberais, os setores ligados à classe média nas cidades, dos cafeicultores insatisfeitos com a monarquia e dos militares.

Nesse momento, a imprensa brasileira estava dividida entre os abolicionistas e os republicanos, pois os melhores jornais e os melhores jornalistas pertenciam a um ou aos dois movimentos. Vários jornais são criados, também seguindo a linha que misturava a literatura com o jornalismo. É um tempo de grande efervescência cultural registrado nas páginas da imprensa.

1.2 - A Imprensa na era republicana (1889-1945)

A Proclamação da República em si não trouxe grandes mudanças para o quadro social e econômico, e pode-se dizer até mesmo político²⁸, porque os antigos grupos políticos regionais continuaram no poder, não havendo participação efetiva do povo. A economia permanecia dependente do café e no plano social a República persistiu com a busca por uma identidade nacional.

O Rio de Janeiro foi o local escolhido para iniciar as grandes transformações que pretendiam implantar no Brasil. Para muitos republicanos a capital federal deveria se tornar a vitrine da nação. E a proposta de metamorfose que deveria ser aplicada no Rio de Janeiro seguia o modelo aplicado na França.

Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, iniciou o processo de urbanização da cidade carioca despejando e demolindo todos os casebres e cortiços que havia no centro da cidade, para obter espaço para as amplas avenidas, prédios elegantes e lindas praças, que pretendia construir. Todo esse fausto fora pago com o dinheiro da União que encetava no centro da capital o símbolo do controle dos espaços públicos abertos à custa de violentas desapropriações. Com base nas idéias de civilidade, aos moldes europeus, os espaços no Rio de Janeiro foram sendo privatizados para os setores médios e altos da sociedade.²⁹

²⁸ SCHWARCZ, 2001.

²⁹ SEVCENKO, Nicolau. Introdução – O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (Org.) *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7 a 48.

O Rio de Janeiro era uma cidade composta por ruas estreitas e lamacentas, onde se difundiam rapidamente doenças e epidemias como a tuberculose, a febre amarela, a varíola, a malária e a lepra, o que manchava a imagem da cidade. Além disso, tinha uma estrutura portuária precária que dificultava o desembarque de mercadorias e a sua chegada aos centros comerciais, pois como as ruas eram estreitas, o transporte era dificultado.

Todos esses fatores prejudicavam a cidade que se firmava como pólo econômico com grandes demandas de capital estrangeiro e necessidade de tornar-se uma cidade que atraísse investimentos internacionais e técnicos.

Para tornar o Rio de Janeiro uma cidade atrativa ao capital estrangeiro e alcançar as metas, as autoridades decidiram estabelecer um plano gestor baseado em três frentes de trabalho que se fundamentavam na modernização do porto, no saneamento da cidade e na reforma urbana.

Este momento, que se estendeu do final do século XIX ao início do XX, ficou conhecido como *Belle Époque* e representou a estruturação da sociedade brasileira de acordo com as idéias científicas que, procuravam inserir os conceitos de eugenia e higienista em todas as cidades do Brasil.

Segundo Del Priore e Venâncio³⁰, "(...) a ciência europeia da época, passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas".

A europeização do Brasil tornou-se um objeto indispensável às políticas públicas. Era necessário organizar a sociedade de maneira que nela se evidenciasse a idéia de "civilidade". Para isso, os médicos higienistas se responsabilizaram pela elaboração de projetos sociais que visassem à aplicação dos conceitos da ciência moderna na população,

³⁰ DEL PRIORE E VENANCIO, 2002.

transformando, os antigos hábitos sociais considerados selvagens e anti-higiênicos em atitudes modernas e civilizadas.

Freire³¹ e Engel³² observam que nesse período, a função de médico se estabeleceu como uma carreira promissora, o que não acontecia em meados do século XVIII, em que a maioria da população preferia recorrer ao conhecimento popular. O médico passou a ser visto como um agente modernizador da sociedade e adquiriu o respeito e confiança da população.

De acordo com o pensamento médico-científico da época a urbanização das cidades brasileiras devia priorizar o saneamento das ruas, a vacinação, o incentivo a hábitos saudáveis, como por exemplo, tomar um banho por dia. Também era importante afastar das regiões centrais das cidades toda população pobre e miscigenada que depreciava a imagem da sociedade brasileira, pois viviam em cortiços ou moradias insalubres, que ocasionavam a promiscuidade e as epidemias.³³ Essas comunidades foram arrastadas para as periferias.

Esse processo foi observado em quase todas as capitais brasileiras mudando apenas a intensidade com que ocorreram as transformações e dependendo do poderio econômico de cada região.

No Espírito Santo, por exemplo, durante o governo de Jerônimo Monteiro ocorreram grandes transformações no Estado, pois ele procurou criar um projeto sócio-político-econômico que viabilizasse o ideal de modernização, principalmente na capital Vitória, que deveria ser remodelada para seguir o modelo de higienização e civilidade que percorria o Brasil.

Jerônimo Monteiro inaugurou um sistema de abastecimento de água e saneamento dos esgotos, criou o serviço de iluminação pública e

³¹ FREIRE, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

³² ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto; Fundação Unesp, 1997. p.

³³ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

construiu lavanderias para as mulheres lavarem suas roupas, ainda melhorou o sistema de transporte urbano com a implantação dos bondes elétricos, construiu o cemitério. A Santa Casa de Misericórdia foi reconstruída, tornando-se mais ampla e moderna, atendendo a população gratuitamente, além disso, reformou o Palácio do Governo que passou a abrigar todas as repartições públicas. Na região de Campinhos, conhecida como lugar insalubre, onde a população jogava lixo e dejetos, ele construiu o Parque Moscoso, local onde foram criados quiosques, fontes, bancos e uma série de novidades. Em pouco tempo essa região se tornou um espaço importante de encontro da sociedade capixaba, uma área nobre. Monteiro também reestruturou o porto de Vitória e criou a Prefeitura da cidade em 1908, introduzindo na cidade um moderno programa de higienização e desinfecção das casas, que tinha como finalidade a fiscalização das normas de higiene que foram instituídas. Com essas mudanças, Vitória ganhou um aspecto mais agradável e moderno.³⁴

Mas as mudanças ocorridas no governo de Jerônimo Monteiro não ficavam apenas no âmbito da infra-estrutura e foram além, pois o governador se preocupou com o sistema educacional do Espírito Santo e mandou trazer de São Paulo o educador Carlos Alberto Gomes Cardim, que se responsabilizou pela reforma do ensino capixaba. Uma de suas primeiras medidas foi acabar com os castigos físicos e implantar a educação física tanto para meninos quanto para meninas, o que gerou certa polêmica na sociedade.

A economia ganhou destaque nesse governo, uma vez que Monteiro procurou diversificar a economia local, buscando evitar a dependência do mercado do café. Sendo assim, implantou a criação de fábricas de tecidos, cimento, papel e óleo vegetal, além da Usina Paineira. Entretanto, devido a falta de um mercado interno forte e a

³⁴ GUALBERTO, João. *A invenção do coronel*: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Ed. UFES. 1995.

concorrência com os produtos estrangeiros mais baratos, alguns desses projetos sucumbiram.

Contudo, o café continuava ditando os rumos econômicos assim como se multiplicavam, principalmente nas cidades, as classes de profissionais liberais e militares que, insuflados pela idéia de modernidade européia, se sentiam restritos a um sistema político que privilegiava a representatividade dos cafeicultores.

Entretanto, com a crise do café e das instituições republicanas, a exigência de modernização que movimentava as energias da sociedade urbana, não encontrava na década de 1920 um sentido muito definido. Apesar da pressão por uma racionalidade técnico-científica, incentivada pelo aumento das taxas de alfabetização nas classes médias e ricas, essa exigência continuava incipiente no Brasil, pois a ciência ainda não tinha se tornado um pressuposto básico para a formação do povo brasileiro.

Segundo Rodrigues e Lahuerta³⁵ foi com a Semana de Arte Moderna de 1922, considerada um marco simbólico na cultura nacional, que se instalou entre os intelectuais uma crise de identidade social³⁶, na qual esses começavam a se deparar com uma nova construção de seu papel perante a sociedade. Diferentemente dos seus antecessores do século XIX, os intelectuais das primeiras décadas do século XX tinham como missão modernizar o país.

A sociedade da época se organizava no sentido do mundanismo renovador e encontrava como entrave a falta de um projeto político nacional que levasse em conta as peculiaridades da sociedade brasileira. Nesse sentido, surgia nos meios intelectuais uma demanda genérica pela unificação cultural, baseada numa preocupação difusa em

³⁵ RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ática, 1997(série princípios) e LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho (org) COSTA, Wilma Peres (org.). *A Década de 1920: e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp-Fapesp. 1997. p. 93 a 111.

³⁶ LAHUERTA, 1997.

superar a distância do erudito com o popular e rever as teorias racistas e academicistas da época.³⁷

Todavia, apesar do seu caráter renovador, o movimento e os intelectuais modernistas pertenciam às elites brasileiras e tratavam o povo como um objeto exótico e sem forma. Era preciso dar unidade e formato. Num momento em que a idéia de modernidade dominava as altas e médias rodas do país, surgiam com muita força as revistas mundanas ou de atualidades e literatura. Muitas foram criadas para a divulgação dos ideais modernistas. Cita-se como exemplo as revistas *Klaxon* e *Antropofágica*. E, para a popularização dos conceitos de modernização, cita-se também, como percussora desse estilo, a revista *O Cruzeiro*. Esses periódicos se espalharam por quase todos os estados, incentivando a criação de publicações regionais, como é o caso da *Revista Capichaba*, no Espírito Santo, e da revista *A Jandaia*, no Ceará.

As revistas adotaram imagens e desenvolveram o estilo magazine (revistas ilustradas), mostrando as notícias como algo que poderia ser interpretado pelo leitor.³⁸

As publicações abrigavam muitos intelectuais, pois possibilitavam a divulgação de suas obras, fossem elas literárias ou críticas políticas. Desta maneira, muitos deles, iniciaram seus trabalhos em revistas, que diversas vezes foram acusadas de apologia ao “mundanismo elegante”, a superficialidade e a futilidade. Na verdade, as revistas, seus textos eram um reflexo da elite brasileira, que ansiava pela modernização do país.

Os magazines também foram os pioneiros na implantação de novas técnicas de produção das publicações escritas, abandonando, aos poucos, as ilustrações e xilogravuras, substituindo-as pela fotografia.

O jornalismo começava a perder seu caráter mais voluntário e diletante e passava a ser visto como uma profissão. Nos jornais,

³⁷ *Idem*.

³⁸ SEABRA, 2002.

redatores e revisores fixos passam a contar com o apoio das agências telegráficas e de notícias. ³⁹ O jornalismo, impreso, passou então a buscar um novo estilo que o diferenciasse ainda mais do rádio e o mantivesse atraente como meio de informação. A partir daí, se mudaria o estilo gráfico e escrito dos jornais, pois a diagramação devia chamar a atenção do leitor, através de gravuras e fotografias, e os artigos deviam ser mais concisos para não tornar a leitura cansativa. ⁴⁰

Com o crescimento e modernização das empresas jornalísticas, a imprensa se tornaria um instrumento de divulgação das idéias dos intelectuais, que formariam as novas representações a serem aceitas na sociedade brasileira.

Paralelamente a essa imprensa empresarial, continuava a existir no interior, uma pequena imprensa artesanal, sem muitas perspectivas, submetida ao latifúndio e limitada às questões regionais e ataques pessoais. Em alguns casos, esse tipo de imprensa subsistia nas capitais, mesmo aquelas que procuravam se modernizar, como uma reminiscência do passado. ⁴¹

O crescente aumento da circulação de jornais e revistas e a desilusão com a República brasileira⁴², gerada pelas constantes crises econômicas, pela corrupção nos quadros políticos, fizeram com que muitos intelectuais da década de 1920 passassem a ver na educação a solução para todos os problemas da nação.

Sendo assim, esperava-se que através de uma campanha comandada pela elite esclarecida, a educação se configuraria como um fator determinante do processo de constituição do povo brasileiro. A educação passou a ser vista como um instrumento capaz de disciplinar,

³⁹ RODRIGUES, 1997.

⁴⁰ SEABRA, 2002.

⁴¹ SODRE, 1980.

⁴² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e Política nos anos 20: A desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. IN: LORENZO, Helena Carvalho (org) COSTA, Wilma Peres (org.). *A Década de 1920: e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp-Fapesp. 1997. p. 115 a 132.

moralizar, homogeneizar e hierarquizar a sociedade. Uma campanha pela melhoria e maior abrangência do sistema educacional significaria um *amplo programa de ação social* que incluiria uma

(...) campanha cívica, ela própria entendida como obra de educação. Isto porque o termo educação, entendido como direção imprimida à sociedade por uma elite, abrangia o trabalho de construção e consolidação da hegemonia cultural, processo este em curso na intensa mobilização cívica de que se constituiu a campanha educacional.⁴³

Dessa maneira, instituir hábitos moralizadores, costumes regrados em contraposição às práticas populares anti-higiênicas e promíscuas, representava a consolidação do projeto de modernização e só poderia acontecer quando as classes mais pobres seguissem o modelo de família nuclear e burguesa.⁴⁴

A educação como arma de mudança social, regida pelas elites cultas, mostrava a crescente insatisfação de vários setores sociais com o rumo que teria tomado a república brasileira. As fraudes eleitorais, o coronelismo, o domínio das oligarquias estaduais e a insatisfação da jovem oficialidade do exército, expressada pelo movimento tenentista, juntamente com a crise econômica mundial em 1929, com a queda da bolsa de Nova York, levariam a chamada *Primeira República* à falência e consagrariam como novo projeto político a Aliança Liberal⁴⁵. Essa aliança convergia com a Revolução de 1930, na qual se buscava uma renovação dos quadros políticos, sociais e econômicos. E consagrariam como maior símbolo e força de mudanças a figura de Getúlio Vargas.

⁴³ CARVALHO, 1997, p. 55.

⁴⁴ RAGO, 1985.

⁴⁵ Essa aliança teria sido feita entre alguns grupos divergentes e insatisfeitos com a conduta de Washington Luis, que quebrou o sistema da *política do café com leite*. Esses grupos seriam os mineiros, os gaúchos e os paraibanos. Sobre o assunto ver DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2001.

Para Sodré⁴⁶, a luta política que desencadeou a campanha eleitoral no final da década de 1920 e culminou com a vitória de Getúlio Vargas, teve influência decisória da imprensa, que apoiou as camadas rebeldes que assentiam com o candidato, impulsionando o movimento que acarretou a revolução de 1930.

Segundo Diniz⁴⁷, poder-se-ia dividir o governo Vargas (1930-1945) em três períodos. O primeiro (1930-1934) seria o governo provisório, em que Getúlio Vargas mostra-se como líder de uma revolução vitoriosa, levantando uma bandeira reformista, que tornaria a República brasileira mais participativa e mais competitiva. A segunda fase (1934-1937), seria marcada pelo governo constitucional, no qual ele foi eleito de maneira indireta. E a última fase (1937-1945) se caracterizaria pelo governo ditatorial e autoritário, auxiliado pelo exército, por algumas camadas intelectuais, que impulsionaria a industrialização brasileira, mas também perseguiria seus opositores.

Ao assumir o governo provisoriamente, Getúlio Vargas destituiu os governadores e em seu lugar implantou um sistema de interventores para cada Estado brasileiro, tentando conciliar-se sempre com os grupos que comandavam a política local. No Espírito Santo, com a falta de consenso entre a oligarquia *jeromista*, Getúlio decidiu nomear um interventor de fora do Estado e um homem de sua inteira confiança, que seria João Punaro Bley.

O governo do capitão João Punaro Bley, foi marcado por um grande desenvolvimento no Espírito Santo. Apesar de ter iniciado seu governo num período de crise financeira e política, Bley procurou unificar em seu comando as forças políticas que viviam no Estado. Mas, principalmente, os *jeromistas* formavam o grupo político que mais se fortaleceu na sua administração.

⁴⁶ SODRÉ, 1980.

⁴⁷ DINIZ, Elis. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. IN: PANDOLFI, Dulce (org.) *Pensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. _____ a _____

Algumas obras realizadas no governo Bley merecem destaque, pois consolidaram e estabilizaram a economia capixaba. Entre elas, a escolha do secretário da Fazenda Mário Aristides Freire, que conseguiu organizar as finanças do Estado, melhorando a cobrança de impostos e conseguindo abatimento da dívida pública, além de reduzir os impostos sobre a produção do café, incentivando seu cultivo. Outro ponto positivo da administração foi a facilitação de aquisição de terras por parte de pequenos proprietários, e também o financiamento de rebanhos bovinos e suínos, que foram acompanhados por técnicos do Serviço de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

O governador Bley, também implantou em Vargem Alta, um sistema experimental de sericultura e criação de bicho-da-seda, com a finalidade de impulsionar a economia a outros setores, fora o café. Para dar apoio ao produtor rural, foi criado em 1935 o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, atualmente o Banco do Estado do Espírito Santo. Bley apoiou o crescimento de pequenas fábricas e indústrias, abaixando os impostos cobrados para esses estabelecimentos e incentivando o seu crescimento.

O sistema de saúde pública do Espírito Santo ainda era bastante precário. Bley começou um projeto de melhoramento da assistência à saúde da população com a criação do Hospital dos Servidores Públicos, do leprosário de Itanhenga, o preventório Alzira Bley, do asilo de velhos e os auxílios à construção do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória. Ajudou à Santa Casa de Misericórdia, além da aquisição do Hospital São Lucas.

A educação foi outro ponto debatido e que mereceu atenção especial da administração. O governo criou escolas de prática agrícola em Santa Tereza, São João de Petrópolis e Maruípe, para melhorar a agricultura da região. E iniciou um plano, principalmente nas regiões de colonização estrangeira, onde procurava levar um ensino nacional, já que a maior parte dessa população se isolava em seu território e

estudava a sua língua de origem, o que para um governo de caráter nacionalista como o de Vargas, no qual Bley era o representante, não interessava e ameaçava a ordem.

Após sua saída do governo capixaba, em 1943, assumiu a direção da recém-criada Companhia do Vale do Rio Doce, empresa voltada para a extração de minério. Foi substituído por Jones Santos Neves, que governou o Estado até o final do Estado Novo, em 1945.

O governo de Jones Santos Neves foi marcado pelo dinamismo administrativo e pela visão de progresso e desenvolvimento, o que para ele, seriam impulsionados com políticas públicas que privilegiassem o saneamento básico, a produção industrial e diversificação da produção agrícola, e melhorias no sistema de transporte do Estado.

E, nesse contexto de mudanças, a imprensa capixaba também se desenvolvia e apresentava novos órgãos de comunicação, que despertavam o interesse do público local, como o jornal *A Gazeta*, criado em 1928 e que circula até hoje no Estado.

A princípio, o jornal *A Gazeta* era um acanhado jornal de anúncios imobiliários. A mudança editorial se deu com a eclosão da Revolução de 1930, quando, o noticiário apoiou o projeto político da "Aliança Liberal" e a candidatura de Getúlio Vargas, sendo retalhado pelos partidários contrários, que com atos de violência conseguiram fechar o jornal por seis meses.

Depois desse episódio, o jornal *A Gazeta* foi vendido para um fazendeiro de São Mateus, Eleosippo Cunha, que pretendia utilizá-lo como instrumento de promoção da campanha presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes, filiado à União Democrática Nacional. Contudo, o candidato udenista perdeu as eleições e o senhor Cunha decidiu se desfazer do jornal.

Mas seria somente na década de 1940 que *A Gazeta* se firmaria como um dos mais importantes agentes de comunicação do Espírito

Santo, após a aquisição do jornal por Carlos Lindenberg, que estruturou o jornal como uma empresa. Mesmo com a nova direção, a publicação permanecia com uma pequena circulação, pois os índices de analfabetismo no Estado eram muito altos, dificultando a distribuição do jornal.

De acordo com Zorzal⁴⁸, *A Gazeta* era um jornal que tinha um público leitor reduzido, ficando restrito às camadas urbanas. Suas colunas eram formadas por matérias vindas do Rio de Janeiro, além de artigos que criticavam a política e a sociedade local.

Em 22 de setembro de 1938 nasceu o jornal *A Tribuna*, que também se tornou uma publicação de grande importância para o estudo da imprensa capixaba. *A Tribuna* foi fundada por Reis Vidal, jornalista paulista, que defendia idéias fascistas, e por isso, teve a sede do jornal queimada, ocasionando o fechamento do mesmo, que só voltaria a circular no Espírito Santo por volta de 1950.

Entretanto, nenhum desses jornais teve a repercussão da revista *Vida Capixaba*, entre as décadas de 1920 a 1945. Segundo a maioria dos pesquisadores da história capixaba, essa publicação se tornou um referencial para o entendimento da sociedade da época, já que foi o quinzenal mais lido no Estado.⁴⁹

Com a sua linguagem diversificada e seus textos variados a revista *Vida Capixaba* conquistou o leitor espírito-santense e ajudou a reproduzir as idéias e conceitos relacionados à modernidade e civilização. Além disso, fomentou o interesse pela literatura, política e artes. Porém, as muitas crises econômicas enfrentadas pela revista, levaram-na a ser socorrida pelos governos estaduais e federais em especial, durante o governo de Getúlio Vargas, um dos motivos pelos

⁴⁸ ZORZAL, Marta e Silva apud BOURGUIGNON, Juliana, REZENDE, Letícia e ARRUDA, Patrícia. *A gazeta: uma longa história de tradição e transformações*. In: MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 67 a 101.

⁴⁹ BITTERCOURT, 1998.

quais as matérias publicadas pela revista fossem sempre a favor do governo.

Em 1937, um ano antes de acabar seu mandato, Getúlio Vargas lançou uma política de segurança nacional, embasada num possível *Plano Cohen*, que se caracterizaria por um golpe de Estado, no qual os comunistas iriam tomar o poder. Vale lembrar que durante esse período, a maioria dos países ligados à ideologia capitalista instituiu políticas anticomunistas. Essa decisão foi apoiada pelos militares, pela Igreja Católica e por amplos setores da sociedade, que viam o ideal comunista como uma ameaça à ordem e à moral.

Logo, a imprensa escrita se tornaria a maior divulgadora do programa modernista de Getúlio Vargas, que não ficaria restrito ao Distrito Federal, mas que se alargariam por todas as outras regiões do país. Como no caso do Espírito Santo e da revista *Vida Capixaba*, que seria muitas vezes socorrida em períodos de crise econômica pelo estado vargista e por isso se mostrava sempre a favor do governo, e sempre popularizava as idéias de modernização no Espírito Santo.⁵⁰

Com o estabelecimento da ditadura surgiu uma implacável censura à imprensa, muitos jornais foram fechados, jornalistas contrários ao novo regime foram presos. Para melhor fiscalizar a imprensa foram criados o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – e o Departamento Estadual de Imprensa – DEI –, que faziam o controle dos conteúdos publicados na imprensa. Jornais e revistas passaram a gosto ou contragosto a servir a ditadura, pois o DIP distribuía verbas para jornais, revistas e emissoras de rádio.⁵¹

⁵⁰ ZANOTTI, Daniella; GALLETO, Patrícia; PONTES, Fernanda e FRANÇA, Ceciana. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 349 a 392.

⁵¹ SODRE, 1989.

Segundo Capellato⁵², desde a fundação do DIP era comum a cooptação de jornalistas pelo estado vargista, devido a instabilidade das empresas jornalísticas que muitas vezes eram apoiadas pelo governo para funcionar, além da criação das leis trabalhistas que ajudaram muitos profissionais, que anteriormente ficaram sem proteção legal, sem falar na repressão que era feita pelo governo contra seus opositores.

Para concretizar esse projeto de modernização da sociedade brasileira, Getúlio Vargas utilizou a imprensa como veículo, elaborando campanhas que incentivavam o nacionalismo e repassavam à população os ideais de trabalho, família e fé.

O governo procurou produzir uma ideologia modernizadora baseada na idéia de que o combate à pobreza centrada na promoção e valorização do trabalho e da educação, era a única maneira de o país sair de sua situação de atraso e passar para uma nova fase de desenvolvimento. Segundo essa corrente, para promover o homem brasileiro era necessário transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável pelas riquezas individuais e nacionais.

Sendo assim, criou-se uma nova pedagogia nas escolas, voltada para o civilismo e nacionalismo, além da criação de escolas profissionais que capacitariam os trabalhadores para a entrada no mundo industrial, tendo como exemplo a criação do Senai.

Outro ponto que chamou a atenção do governo vargista foi a questão da família. Era preciso remodelar a constituição da família brasileira para que ela desse origem ao cidadão disciplinado, amante da pátria e de moral inabalável .

⁵² CAPELLATO, Renata, apud, CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e Política nos anos 20: A desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho (org) COSTA, Wilma Peres (org.). *A Década de 1920: e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp-Fapesp. 1997. p. 115 a 132.

Um dos grupos sociais mais visados pelo Estado e pelos intelectuais da época seriam as mulheres, que dentro do sistema republicano, se tornaram peças-chave para a consolidação dos ideais modernizantes e civilizados. As mulheres eram vistas como *formadoras do futuro cidadão* e, por isso, deveriam ser um exemplo de retidão, docilidade e submissão, preocupadas com o casamento e com a família.⁵³

De acordo com Azevedo e Ferreira⁵⁴, a reforma no discurso e no sistema educacional feminino nesse período não visava à emancipação da mulher, mas à adequação aos novos valores que os intelectuais, juntamente com o governo, tentavam incorporar à sociedade brasileira dita moderna. O Estado passou a protagonizar o papel, outrora ocupado pelo patriarca, e se responsabilizou pela formação da conduta da sociedade.

A imprensa, durante as décadas de 1920 a 1950, era caracterizada como funcionalista, pois se acreditava que a função da imprensa era formar, construir a opinião pública e os comportamentos sociais. Dessa maneira, era papel da imprensa a assimilação e o repasse dos valores e dos ideais da modernidade para o povo brasileiro.

Capítulo II

⁵³ BESSE Susan. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

⁵⁴ AZEVEDO, Nara e FERREIRA, Luís Otávio. *Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940*. Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006: p.213-254.

A concretização da modernidade brasileira e a influência da imprensa.

2.1 - Modernidade e Modernização

As primeiras décadas do século XX se caracterizaram por grandes transformações na sociedade brasileira. O processo de modernização⁵⁵ estava no seu auge, pois o governo, os intelectuais e outros setores sociais almejavam a consolidação de um projeto político, social, econômico e cultural, que ascendesse o país ao patamar dos países desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos.

A imprensa brasileira se tornou então, uma arma de divulgação dos ideais de modernidade⁵⁶ e civilização⁵⁷, sendo responsável não apenas por informar as pessoas, mas por formar opiniões e veicular propaganda. Abrigava em jornais e revistas os intelectuais, que

⁵⁵ Entende-se por modernização o processo que procurou inserir a sociedade e a cultura brasileiras no ideal de modernidade que circulava pela Europa e Estados Unidos, baseadas na industrialização, na urbanização, na reestruturação de um Estado mais centralizador e na cientificidade.

⁵⁶ A modernidade pode ser compreendida como um processo iniciado em meados no século XIX, mas celebrado nas primeiras décadas do século XX, nos países ocidentais, que irradiava a necessidade de transformações nas sociedades, para que essas se enquadrassem a crescente produção industrial e capitalista, o que alterava o ritmo de vida das pessoas, anteriormente firmadas nas regiões interioranas e nas relações de parentesco. Agora, os indivíduos passavam a se estabelecer nas zonas urbanas, o que precipitou um grande desenvolvimento dos sistemas de comunicação e transporte, expandindo a burocracia e com isso o poder do Estado, havendo assim, um remodelamento dos espaços sociais e físicos.

⁵⁷ Conceito que afirmava que somente os indivíduos que fundamentavam suas condutas de acordo o conhecimento intelectual, a elegância aristocrática e a educação, poderiam ser considerados civilizados e participantes do ideal de civilização, que passava por essas regras rígidas.

encontravam nessa instituição uma maneira de mostrar seus trabalhos e se sustentar. A maioria das publicações era voltada para as classes média e alta da sociedade, mas acabava chegando a toda a população pela difusão das notícias de *boca em boca* ou nas leituras coletivas que aconteciam nos bairros mais pobres.⁵⁸

O jornalismo brasileiro, entre as décadas de 1920 a 1950, se caracterizava como informativo utilitário, quer dizer, era o meio de informação da sociedade, além de ter uma função educativa e formadora, que agregava os *valores modernos e civilizados*, deixando seu caráter literário e espontâneo. As empresas jornalísticas perdiam o seu sistema de organização familiar artesanal para se tornarem sistemas empresariais de informação com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a imprensa era vista como um excelente negócio.⁵⁹

Sendo assim, a imprensa passou a exercer a função de mediadora entre os ideais de modernidade e o público em geral. Por isso, pretende-se analisar como surgiu o conceito de modernidade e modernização, como essas idéias se espalharam pelo mundo através da imprensa e as expressões peculiares que elas adquiriram em cada região onde foram aplicadas.

A modernidade era um reflexo da crescente racionalidade e cientificidade que se apoderou das sociedades européias e norte-americanas, em meados do século XIX, atingindo principalmente as classes mais abastadas que utilizavam ciência e razão para explicar os acontecimentos naturais e humanos. A modernidade se apresentou como uma nova visão do mundo e dos homens, pois privilegiava o conhecimento, mas também procurava segmentar seus ideais no conceito de civilização, formado a partir da união dos comportamentos das famílias nobres européias e nos valores da

⁵⁸ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco. 1995.

⁵⁹ SEABRA, 2002.

crescente burguesia que estava dominando a economia mundial. Em suma, a modernidade foi um movimento caracterizado pela luta político-social entre os componentes do Antigo Regime e os burgueses, para assumir a primazia na construção dos comportamentos sociais e lideranças políticas.

O conceito de modernidade pode ser compreendido como um mecanismo que moveria a sociedade, uma vez que ampliava o raio de ação das classes sociais, revitalizando e removendo os papéis sociais que foram estipulados anteriormente. Além disso, fornecia uma nova forma de mobilidade social, que teria seus valores fundamentados na ciência, racionalidade, na escolaridade e intelectualidade do indivíduo, em contraposição com os valores advindos do Antigo Regime, que tinha como base a origem hereditária. Esse conceito se formulou, principalmente, com a ascensão da burguesia, que detinha poder econômico, mas não *status quo* igual ao do nobre.

Elias⁶⁰ afirma que, na sociedade ocidental, a partir do século XIX, se disseminaram novos modelos sociais baseados na mistura dos padrões comportamentais próprios da aristocracia européia como o *controle das paixões*, a elegância, a educação refinada, aos valores da burguesia representados pela valorização do trabalho e da intelectualização, gerando assim, um padrão comportamental que ficou conhecido como *civilidade*.

A idéia de civilidade ganhou destaque mundial, graças ao aumento da circulação de informações, conseguida pela expansão da imprensa e o desenvolvimento das atividades capitalistas burguesas.

Logo, a idéia de modernização representou a concretização, a efetivação do conceito de modernidade, pois se caracterizou como a criação ideológica do que seria ser moderno, devendo impor as

⁶⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994. Volume 1.

mudanças sociais de uma classe dirigente sobre o restante da sociedade.⁶¹

Para alguns pesquisadores⁶² havia uma diferença tênue entre as idéias de modernidade e modernização. De acordos com estes, dependendo da região onde foram levadas essas idéias, elas se aplicavam distintamente, variando de acordo com os preceitos sociais e cotidianos que determinavam a estrutura da sociedade.

A modernização, para Giddens⁶³, seria a substituição das formas de sociedade tradicionais baseadas na agricultura pelos complexos institucionais da modernidade, que eram: poder administrativo e militar, capitalismo e industrialização.

Em termos políticos, a idéia de modernização passava pela criação de Estados fortes, organizados de forma burocrática e racional ao administrar sua população, produzindo a sensação de lei e ordem. Tal racionalização administrativa permitia o desenvolvimento de um estado envolvido em sua sobrevivência.

Essa correlação dos conceitos de modernidade e de modernização atua de maneira significativa para um maior entendimento desse processo, no qual o indivíduo passou a ser mais influenciado pela sociedade. E isso representava a ascensão da burguesia industrial como classe dominante que passou a controlar os meios produtivos e as instituições políticas.

O crescimento industrial que se consolidou, na Europa e nos Estados Unidos, desde a primeira à segunda Revolução Industrial, fez com que essas regiões adquirissem novas características produzidas pelo grande progresso técnico-industrial. As cidades passaram a ser o destino de grande parte da população devido à crescente centralização

⁶¹ FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. <http://www.scielo.br>, Acesso em 25 de julho de 2006.

⁶² Cita-se como exemplo Faoro, 2006; Thompson, 2005 e GIDDENS, Antony, apud, SIMÕES, Vinicius. Antony Giddens e as conseqüências da modernidade. Disponível em: <<http://www.espaçoacademico.com.br>> Acesso em 26 de julho de 2006.

⁶³ GIDDENS, 2006.

da produção agrícola e à oferta de empregos no início do processo industrial.

Nas grandes cidades do século XIX, as atividades comerciais cresceram de maneira espantosa, elas refletiam a evolução do comércio interno das nações e, principalmente, do internacional, proporcionado pela nova fase do capitalismo em expansão.

Esse fato alcançou proporções tão extraordinárias que, no decorrer do século XIX, as idéias de progresso, modernidade e civilização eram associadas às cidades, enquanto ao campo eram associadas às idéias de conservadorismo e tradição.⁶⁴

O desenvolvimento industrial se difundiu pela Europa sempre relacionada às cidades. E elas começaram a usufruir de fato desses avanços e também criaram novas necessidades que a ciência e a tecnologia tiveram de resolver, como a necessidade de um sistema de iluminação pública e de abastecimento de água, além do saneamento e calçamento das ruas, a criação de transportes coletivos e uso de elevadores nos altos prédios, entre outras.

Partindo desse pressuposto, pode-se observar que a crescente industrialização nas sociedades européias e norte-americanas, incentivou a relação entre o conceito de modernização e urbanização. Para a maioria dos intelectuais, políticos, médicos e cientistas da época, só seria considerada *civilizada* a sociedade incluída nesse processo de industrialização e remodelação urbanística, que eram as responsáveis pela integração dos países ao sistema capitalista global.⁶⁵

Por outro lado, a industrialização gerou uma maior divisão de trabalho, que por sua vez melhorou as condições de vida de uma parcela maior da sociedade, pois motivava uma maior produtividade e um maior retorno financeiro. Isso levou à aproximação das condutas comportamentais das antigas elites aristocráticas e da nova classe

⁶⁴ RODRIGUES, 1997.

⁶⁵ *Idem.*

burguesa, na qual esta última procurava imitar a sua antiga rival, a fim de pertencer ao mundo *refinado* das cortes européias de outrora.

Apesar da crescente industrialização na Europa e nos Estados Unidos, os parques industriais não criaram empregos suficientes para absolver toda a mão-de-obra excedente. Isso implicou em baixos salários, desemprego e subemprego, além das extensas jornadas de trabalho e da constante preferência pelo trabalho de mulheres e crianças que ganhavam bem menos que os homens, o que dificultou muito a vida dos trabalhadores.

Formou-se então um quadro crítico nas maiores cidades européias e norte-americanas, pois a falta de empregos gerou um grande número de desocupados, vagabundos e miseráveis, aumentando o número de atividades delinqüentes como prostituição, criminalidade e violência. A multidão de marginalizados, originados das distorções da urbanização, começou a preocupar a burguesia e os poderes públicos em virtude de seu caráter explosivo.

O processo de industrialização, que já entrava em uma nova fase com a utilização da energia elétrica e do petróleo, favorecia o surgimento de uma nova sociedade dividida em duas partes muito distintas. De um lado estava a burguesia dominadora, que controlava as empresas visando sempre um lucro maior e pouco se importando com a situação do proletariado, que tinha pouca importância no processo econômico e era submetido a duríssimas condições de trabalho em troca de salários miseráveis. Essa divergência, aliada ao desenvolvimento da ciência, serviu de base para uma nova interpretação da realidade, sem idealizações românticas, gerando novos movimentos filosóficos, científicos e político-sociais.

A partir da segunda metade do século XIX, o ambiente sociocultural europeu apresentava significativas mudanças. A civilização burguesa, industrial e mecânica, começava a se firmar; as idéias de liberalismo e democracia ganhavam dimensões cada vez maiores e as

ciências naturais desenvolveram os métodos de experimentação e observação da realidade que passaram a ser encarados como os únicos capazes de explicar e organizar racionalmente o mundo físico.

As políticas públicas do Estado, no final do século XIX, buscavam maneiras de disciplinar e educar esses indivíduos, partindo da premissa de que a racionalidade e a ciência levariam ao progresso. Desta maneira, muitos intelectuais começaram a participar da criação de políticas públicas voltadas à construção de sociedades mais civilizadas e ordeiras.

Os intelectuais exerceram um papel muito importante na sociedade européia e norte-americana, pois a idéia de cientificidade ganhava mais respaldo e a ciência se tornava uma vertente indispensável ao indivíduo civilizado, principalmente nas elites. Os intelectuais representavam a camada social mais preparada para elevar a sociedade à civilização, pois simbolizavam o conhecimento científico e acadêmico contra as superstições populares e visões arcaicas do povo sem instrução, que devia ser conduzido pelo intelectual-cientista.

Teorias científicas se destacaram nesse período. O positivismo, formulado por Augusto Comte⁶⁶, afirmava que o desenvolvimento de uma nação devia seguir a orientação cientificista do pensamento filosófico, atribuindo à ciência positiva importância fundamental para o progresso de qualquer parte do conhecimento e da sociedade. O positivismo estabeleceu que o saber deveria ser utilitário, sendo, portanto, superior ao saber metafísico ou teológico anterior,

⁶⁶ Auguste Comte foi um pensador francês que criou a Teoria Positivista. O núcleo da filosofia de Comte radicava na idéia de que a sociedade só podia ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. O sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais certas maneiras de pensar (chamadas por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) devem imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva. Finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, que permitisse a reforma prática das instituições. Sobre o autor ver LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

transformando-se na corrente filosófica mais influente entre o século XIX e o XX.

Outra corrente teórico-filosófica importante foi o evolucionismo ou darwinismo social, que se caracterizou como uma releitura social da teoria formulada por Charles Darwin⁶⁷, na qual o conceito de *seleção natural* também poderia ser aplicado nas sociedades humanas. Alguns pensadores, como Spencer⁶⁸, entendiam que a seleção natural pregada por Darwin também ocorria com o homem que vivia em sociedade, assim, alguns povos seriam superiores a outros. E por fim, mas não menos importante, encontrava-se a teoria determinista de Hypolite Taine⁶⁹ que afirmava ser homem um produto de leis físicas e sociais.

Em linhas gerais, pode-se dizer que todas essas teorias afirmavam que o homem era visto como um produto biológico e o seu comportamento era determinado pelo meio ambiente, pela educação, pelas pressões sociais e pela hereditariedade.

Juntamente com as teorias científicas, outros profissionais e pesquisadores lançavam mão das novas descobertas, como os médicos, que alertavam para a questão da higiene e do saneamento, como forma de manutenção da salubridade das cidades. Essas ideologias foram

⁶⁷ Charles Darwin foi um [naturalista britânico](#) que formulou uma teoria científica baseada na [evolução](#) das espécies, explicando que essa se dá por meio da [seleção natural](#) e [sexual](#), afirmando que apenas os mais adaptados sobrevivem.

⁶⁸ Herbert Spencer era um filósofo representante do [positivismo](#). Foi um profundo admirador da obra de [Charles Darwin](#). É dele a expressão "*sobrevivência do mais apto*", e em sua obra procurou aplicar as leis da evolução a todos os níveis da atividade humana. Spencer é considerado o "pai" do [Darwinismo social](#), embora jamais tenha utilizado o termo. Com base em suas idéias, alguns autores procuraram justificar a divisão da sociedade em [classes](#) e o [Imperialismo](#) europeu, sugerindo que estes seriam exemplos de [seleção natural](#). Favor fazer um texto academico, sem copiar da internet.

⁶⁹ Hyppolite Taine era um estudioso da literatura francesa e seguidor do pensamento positivista. Considerava a arte e a literatura como funções naturais do homem, exercidas sob a influência de uma faculdade mestra, própria de cada nação e de cada artista. Essa faculdade, por sua vez, seria determinada pelas condições geográficas e por três fatores principais: a raça, o momento histórico e o meio ambiente. Favor fazer um texto academico, sem copiar da internet.

arraigadas às idéias de civilização e modernidade, que vigoravam na Europa e nos Estados Unidos.

As novas teorias científicas que surgiram no século XIX foram divulgadas pelas sociedades ocidentais por intelectuais que usavam a imprensa e a literatura para difundir os novos comportamentos que deveriam ser adotados por todos os indivíduos, para que estes se alinhassem aos ideais da modernidade. Um exemplo bem marcante foi o movimento literário do realismo/naturalismo, que evidenciava em suas obras visões reais da sociedade, apresentando aspectos cotidianos que nem sempre eram mostrados, como a marginalidade, violência, comportamentos sexuais, entre outros, avaliados de acordo com o discurso científico, tentando sempre explicar a causa que levava os personagens a determinados comportamentos.

Os intelectuais através de seus escritos, seja na imprensa, seja na literatura, ajudaram a disseminar em todo o mundo ocidental as idéias de modernidade e civilidade que deviam ser os modelos para as nações que desejassem a hegemonia política, econômica e social.

A divulgação da idéia de modernização e civilização encontraria na imprensa um importante aliado para a reprodução e legitimação de tais conceitos, o que mostraria a alteração das redes de comunicação e das relações de poder anteriormente estabelecidas.⁷⁰

A informação⁷¹ tornava-se mais rápida e abundante. A quantidade e a tiragem de jornais aumentaram significativamente. Dessa maneira, a imprensa de cada país adquiriu, em função dos caracteres nacionais e das circunstâncias históricas, uma fisionomia original para retratar sua sociedade. A imprensa, como empresa, estava em expansão constante.⁷²

⁷⁰ THOMPSON, 2005.

⁷¹ Entende-se por informação, o fluxo de notícias sobre os mais diversos fatos, variando de assuntos políticos, econômicos, sociais e culturais.

⁷² SEABRA, 2002.

O jornalismo perdeu seu caráter individual e idealista, e passou a se constituir como uma empresa capitalista, na qual a informação começou a ser vista como produto, e os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passaram a ocupar um espaço antes preenchido pelo debate ideológico e político. Agora, os veículos impressos tornaram-se portadores dos interesses da classe produtora e das camadas médias. Seria o fim do jornalismo artesanal.⁷³

No curso do século XX, a escala de produção e comercialização da imprensa aumentou profundamente, graças, em parte, ao desenvolvimento do parque gráfico e da gradual valorização da imprensa como empresa industrial.⁷⁴ Acompanhando esse crescimento, começaram a surgir as novelas de jornal e as histórias e contos policiais, que se multiplicaram como temas sugestionados pelo mundo urbano. Os livros de bolso, com histórias curtas para serem lidas nas viagens de trem, eram amplamente vendidos nas estações.

As inovações técnicas como, por exemplo, o surgimento da fotografia, dos primeiros registros sonoros, a eletricidade, o telefone e o cinema, tornaram-se instrumentos de sedução e de consumo. Por meio dos luminosos, dos belos cartazes e das fotografias, as propagandas também ganhavam força como incentivadoras do consumo. E essas inovações foram aplicadas à imprensa com o fim de torná-la mais atrativa para um público, que, apesar de emergente, era exigente e ávido por novidades.

Um outro ponto fundamental para o desenvolvimento deste meio de comunicação foi o processo de alfabetização da maioria das pessoas na Europa. Era preciso que todos estivessem preparados para receber os estímulos escritos e compreendessem as sugestões das imagens. Logo, ler e escrever eram elementos essenciais para que as pessoas ingressassem nesse novo modo de vida. A educação teve, portanto, um

⁷³ SEABRA, 2002.

⁷⁴ *Idem.*

papel muito importante na determinação do fim da transmissão oral, impondo normas e condutas às populações do campo. Além disso, ela consolidou a divisão entre cultura superior letrada e classe inferior iletrada.

Segundo Carvalho⁷⁵, a imprensa no início do século XX se tornaria responsável pela divulgação do ideário moderno, pois ela representaria um instrumento de legitimação dos novos espaços sociais, cumprindo esse papel com um discurso inovador de caráter utilitário.

A imprensa assumiria uma postura globalizante que aproximaria o fluxo de informações e ligaria as principais cidades européias às regiões mais periféricas do globo, contribuindo para a normatização dos comportamentos no mundo ocidental.⁷⁶

O fim do Império e a Proclamação da República não significaram grandes mudanças para o desenvolvimento da imprensa, pois os grandes jornais continuaram os mesmos, aqueles ligados ao republicanismo com mais prestígio e os contrários com menos. Da mesma maneira que acontecia em outras épocas, pequenos jornais nasciam e morriam com a mesma rapidez.

Com o advento cada vez maior do Brasil no comércio mundial, que geraria um fluxo maior de investimentos no país, muitos jornais começaram a se tornar empresas de grande porte, em especial nos grandes centros urbanos, onde as mudanças econômicas e sociais se faziam sentir mais evidentemente. Os pequenos jornais foram praticamente abolidos das grandes cidades, ficando restritos às cidades interioranas.⁷⁷

Durante a primeira fase do governo republicano, a chamada *República das Espadas*, o governo ficou nas mãos dos militares, o que

⁷⁵ CARVALHO, Kátia de. A Imprensa Feminina no Rio de Janeiro, anos 20: Um sistema de informação cultural. <<http://www.ibict.br/cienciainformacao/include.getdoc>> Acessado em 15 de novembro de 2002.

⁷⁶ THOMPSON, 2005.

⁷⁷ SODRÉ, 1980.

gerava grandes conflitos entre aqueles que lutaram pela mudança no sistema político. Foi somente com a ascensão de Prudente de Moraes que as oligarquias assumiram o poder e um civil governou. Esse governo era sustentado pela economia cafeeira e pelas oligarquias estaduais, com mínima participação da população no sistema eleitoral, excluindo a maioria da sociedade das conquistas econômicas e sociais.

Todo esse quadro foi refletido na imprensa, que estava dividida entre diversas opiniões. Os principais jornais da época se situavam em algum dos grupos políticos e seus leitores eram simpatizantes de alguma das correntes. Cita-se como exemplo os jornais *O País*, de Quintino Bocaiúva, defensor dos reformistas, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*, mais liberais.

Sodré⁷⁸ fornece um panorama melhor da imprensa do período apresentando o relato de um jornalista francês que veio ao Brasil para fazer a cobertura da Proclamação da República. Segundo ele, a imprensa brasileira não procurava orientar a opinião do seu público de maneira educativa, deixando-o à revelia e à ignorância. Ainda para o mesmo, o único jornal *sério* seria a *Gazeta de Notícias* que, para o autor, levava a cabo a função de jornalista.

No decorrer dos anos de 1910, os jornais brasileiros sofreram uma cisão, que vigora até nossos dias, seria criada a imprensa burguesa, voltada para as classes média e alta e a imprensa operária, que procurava lutar pelos direitos dos trabalhadores.

No burburinho do início do século XX, a imprensa não deveria apenas informar as pessoas, mas formar opiniões e veicular propaganda, visto que com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, esta era vista como um excelente negócio.

Nesta fase, o jornalismo brasileiro seria caracterizado como informativo utilitário, deixando seu caráter literário. As empresas

⁷⁸ SODRÉ, 1980.

perdiam o seu sistema de organização familiar para se tornarem sistemas nacionais de informação. O período do pós-guerra também seria marcado pelo surgimento do rádio, o que impingia mudanças nos meios de comunicação escritos.

Neste sentido, o jornalismo impresso passou então a buscar um novo estilo que o diferenciasse ainda mais do rádio e o mantivesse atraente como meio de informação. A partir daí, mudou-se o estilo gráfico e escrito dos jornais, pois a diagramação deveria se apresentar de uma maneira que chamasse a atenção do leitor e os artigos deveriam ser mais concisos para não cansá-lo.⁷⁹

Num momento em que a idéia de modernidade dominava as altas e médias rodas do país surgem com muita força as chamadas revistas mundanas ou revistas de atualidades e literatura, em que o jornalismo e a literatura se confundiam. Contudo, essa confusão também aparecia nos jornais da época. Nas vésperas da Primeira Guerra, a França era o modelo a ser seguido e a imprensa seria a responsável por difundir esse modelo.

A imprensa operária por sua vez, tinha um caráter mais panfletário e idealista, geralmente falava dos problemas do capitalismo e da exploração dos trabalhadores, seguindo a doutrina anarquista do começo do século XX, e pouco a pouco, mudando sua diretriz para o socialismo, depois da Revolução Russa.

A partir da década de 1920, a imprensa sofreu algumas mudanças ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial e pelo maior envolvimento das classes intelectuais na construção da nação brasileira. Em 1922, a Semana de Arte Moderna se tornou um marco da iniciação artística do Brasil, pois um dos posicionamentos dos modernistas era justamente criar uma arte com a cara do Brasil, procurando produzir uma arte própria.

⁷⁹ SEABRA, 2002.

Muitos periódicos foram criados para divulgar as idéias dos modernistas como a revista *Klaxon* e a *Antropofágica*, além de se espalhar por todas as províncias que criaram suas próprias publicações seguindo o mesmo estilo, é o caso da *Revista Capichaba* no Espírito Santo e da revista *A Jandaia* no Ceará.

As revistas se tornaram um caso à parte, adotando imagens e desenvolvendo o estilo magazine (revistas ilustradas), mostrando as notícias como algo que poderia ser interpretado para o leitor. Pode-se citar como exemplo uma das precursoras desse estilo a *Revista O Cruzeiro*, que se tornou um modelo a ser seguido.⁸⁰

Ainda nesta década, o jornalismo começava a perder seu caráter mais voluntário e diletante, e passava a ser visto como uma profissão. Criavam-se nos jornais redatores e revisores fixos, que contavam com o apoio das agências telegráficas e de notícias.⁸¹

Durante os anos 1930 a 1940, o Brasil teve um período conturbado que se iniciou com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929. Esse fato causou a queda do café brasileiro, produto mais vendido, ao movimento integralista, que se baseava nas idéias nacionalistas que percorriam a Europa pós-Primeira Guerra, sendo que o velho continente também era assolado pelas ideologias fascistas do nazismo e do fascismo.

Getúlio se tornou presidente do Brasil em 1930, teve seu governo marcado pela repressão e censura à imprensa com fiscalização de tudo o que seria escrito. Entretanto, foi um dos primeiros políticos brasileiros a utilizar a imprensa a seu favor, utilizando de sua imagem sempre presente em quase todos os meios de comunicação, nos jornais, no rádio, no cinema, no carnaval e em caricaturas. Dessa maneira, o regime vargista expunha a inclinação conformista de suas formas de consumo e a sua particular adequação como recursos de gestão social,

⁸⁰ SEABRA, 2002.

⁸¹ RODRIGUES, 1997.

levando a uma interferência na percepção dos instintos e dos afetos mais íntimos de cada indivíduo, o que ajudava a consolidar a ordem política pretendida.⁸²

Assim, a imprensa se consolidou no Brasil como um instrumento de poder, de defesa de interesses e de organização política. Passou a ser vista como um órgão indispensável para a manutenção do poder e sua legitimação. Sua visão utilitarista se difundiu por todas as regiões brasileiras, onde os governos estaduais também lançaram mão da imprensa para fundamentar suas políticas e criar comportamentos de interesse social.

2.2. Acepções sobre a imprensa.

A imprensa, desde sua invenção, sofreu inúmeras transformações, principalmente na forma como era produzida, nos materiais que eram utilizados na sua produção e no comportamento dos próprios produtores da notícia. Entretanto, a função de transmitir informações é um aspecto da imprensa que permanece até hoje praticamente inalterado.

Foi a descoberta dos caracteres gutemberguianos na Europa que possibilitou o florescimento de uma nova atividade que seria o embrião da imprensa contemporânea. Os primeiros jornais traziam notícias cujo teor despertava interesse e viabilizava sua comercialização, tais como desastres, mortes, nascimentos e casamentos de reis e nobres,

⁸² SEVCENKO, 1998.

anomalias físicas, aparecimento de cometas, enfim, manifestações singulares ou espetaculares.⁸³

A princípio, o seu papel era quase que exclusivamente comercial, pois vinculava mercadorias e fatos com o intuito de ser uma maneira mais rápida no encontro entre aquele que quer vender e o que quer comprar. Entre os séculos XV e XVI, a imprensa não tinha um caráter de formador de opiniões, mas simplesmente auxiliava os comerciantes e agricultores na divulgação de seus negócios.

Somente a partir do século XVIII, o caráter da imprensa se transformou de modo significativo e ela passou a ser vista como um ótimo caminho para determinados grupos sociais, políticos ou econômicos, que desejavam se tornar grupos hegemônicos. Seguindo o ideário liberal-democrático, a burguesia, ávida pela afirmação política utilizou-se da imprensa para fins político, pedagógicos e literários. Os jornais se transformaram em recurso, por excelência, para debates políticos e literários, e espaços em que se poderiam expressar as opiniões.

Em meados dos séculos XIX, tanto na Europa quanto no Brasil, a imprensa obteve um caráter regional. A maioria das cidades desfrutava de seu próprio jornal, o que mostrava a importância da imprensa escrita como fornecedora de informações. Apesar de oferecer notícias nacionais ou internacionais, é no ambiente imediato aos leitores que ela se fundamentava, tornando-se uma janela aberta para o mundo, constituindo-se assim, numa expressão de um espaço de convívio ampliado.⁸⁴

Ainda no século XIX, teve início as primeiras discussões sobre as teorias fundadoras de uma visão que acreditava ser a comunicação um fator de integração das sociedades humanas. Os pioneiros nesses

⁸³ MAMEDE, Maria Amélia Bernardes. *A construção do nordeste pela mídia*. Fortaleza: IOCE, 1996.

⁸⁴ PROST, A. & VINCENT, G. (orgs.). *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 5 volume.

debates, Saint-Simon e Herbert Spencer, afirmavam que a sociedade funcionava como um sistema orgânico, no qual a comunicação era responsável pela ligação de cada ser participante, *como se fosse o sangue que corre por todo o corpo.*⁸⁵

Contudo, as mudanças ocorridas no século XX foram decisivas para a formação dos aspectos que caracterizariam a imprensa moderna. A expansão do capitalismo, o crescimento do grau de instrução, a urbanização, as duas Grandes Guerras, os regimes totalitários, o crescimento dos movimentos sociais, a luta feminista, a bipolarização dos sistemas econômicos, tudo o que tornaria a vida dos indivíduos mais complexa, afetou diretamente a imprensa e seus parâmetros. Segundo Habermas⁸⁶, no momento em que a esfera pública se impõe como politicamente ativa, as empresas jornalísticas se consolidam editorialmente, resguardando às suas redações um tipo de liberdade que era característica da comunicação das pessoas privadas como público.

No momento em que a imprensa se configura como um empreendimento empresarial, ela vê crescer significativamente seu poder. A imprensa se torna uma instituição mais pública, ou seja, uma porta de entrada de interesses privados na esfera pública.

No início do século XX, as primeiras pesquisas sobre o processo de manipulação da sociedade pela imprensa estavam ligadas ao desenvolvimento da chamada teoria da psicologia das massas, que se fundamentava em debates sobre a natureza política das opiniões públicas. Esses estudos foram pioneiros em tratar a imprensa como formadora de opiniões e até mesmo por incitarem a perspectiva de que

⁸⁵ Sobre o assunto ver MATTELART, Armand e Michele. *História das teorias da comunicação*. 5ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

⁸⁶ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural de esfera pública: investigações quanto a categoria de uma sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ela tentava manipular a população em favor de alguma ideologia, além de entender o jornalista é um agitador.⁸⁷

Freud⁸⁸, já consagrado como um dos maiores estudiosos da mente humana contestava essa teoria chamando-a de *tiranía da sugestão*, pois segundo ele as pessoas *obedecem* ou *aceitam* as idéias transmitidas pela imprensa para serem aceitas no grupo e apresentou como resposta a esses conceitos a sua teoria sobre a libido humana.

No entanto, seria nos Estados Unidos, na chamada Escola de Chicago, que o estudo da comunicação e da imprensa ganharia mais respaldo, encontrando ali bases para a criação de um projeto que buscava a construção de uma ciência da comunicação com bases empíricas. Com um enfoque microssociológico dos modos de comunicação na organização da comunidade, acreditava-se que a reflexão sobre esses modos, se tornaria uma ferramenta científica na resolução dos grandes desequilíbrios sociais.

Mas foi a Primeira Guerra Mundial, com a difusão de novos meios de comunicação (telégrafo, telefone, cinema, radiocomunicação, dentre outros), que indicou elementos que transformariam a mídia num instrumento indispensável para o Estado na manutenção do poder. Essa tese foi defendida por Harold Lasswell⁸⁹, na obra *Propaganda Techniques in the World War*, que trata da propaganda instituída pelos países participantes do conflito no decorrer deste.

Para esse autor propaganda rima com democracia. A propaganda constitui o único meio de suscitar a adesão das massas. Além disso, é mais econômica que a violência, a corrupção e outras técnicas de governo desse gênero.

Essa visão instrumental de que a mídia exerceria uma função organizadora na sociedade, representaria a consagração da mídia

⁸⁷ - MATTELART, 2002.

⁸⁸ FREUD apud MATTELART, 2002. p. 25

⁸⁹ LASSWELL apud MATTELART, 2002. p. 36 a 39.

onipotente, capaz de gerar símbolos e dessa maneira estaria relacionada a uma posição política. Essa corrente de estudos da comunicação ficou conhecida como *Teoria funcionalista da comunicação*, sendo uma das mais importantes durante o período de 1920 a 1950.

Essa doutrina afirmava que os diretores de empresas jornalísticas eram as principais fontes de pressão sobre os editores na produção de notícias e que eles manipulavam os fatos para a classe social dominante. Esses estudos foram muito questionados, já que quase não se preocupavam com as questões ideológicas e políticas, que agiam, indiretamente, na ação de cada jornalista ou escritor.

A partir da década de 1960, na Inglaterra, surgiu outra corrente de análise da imprensa conhecida por *News Making*, caracterizada pela idéia de que instituições midiáticas privilegiavam uma hierarquização da sociedade e procuravam preservar uma cultura política dominante.

Essa linha de pesquisa, implicitamente ou não, recebeu forte influência da escola de Frankfurt, escola filosófica que se distinguia pelo seu posicionamento crítico sobre as relações capitalistas de produção. Nos estudos dessa corrente se evidenciava uma análise que relacionava a formação da opinião pública, do consenso social a um controle ideológico exercido pela imprensa.

Para os autores que seguem essa teoria, a imprensa criaria mitos orientadores que moldariam a nossa concepção do mundo e seria um importante instrumento de controle social.⁹⁰

Em meados do século XX, outra corrente de análise da imprensa que se desenvolveu na Europa e teve forte influência na América Latina, estava relacionada com a teoria do estruturalismo e destacava o estudo da linguagem nos meios de comunicação. As pesquisas dessa linha se concentravam em evidenciar a existência de conteúdos implícitos nos textos da imprensa.

⁹⁰ MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e poder*. Editora Unb, Coleção Comunicação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Esses estudos se tornaram influentes nos meios acadêmicos. Alguns pesquisadores como Michel Foucault⁹¹ e Pierre de Bourdieu⁹² procuraram por meio destes, entender como a *palavra* pode influenciar e dominar os indivíduos.

Tais pesquisas se tornaram referência para estudiosos que desejavam analisar a imprensa, mas que não seguiam a idéia de controle ideológico. Além disso, os que seguiam essa linha iniciaram um processo de interdisciplinarização das diversas Ciências Humanas e Sociais, como a Antropologia e a Lingüística, produzindo obras que contribuíram para o entendimento das relações sociais num viés em que elas se caracterizavam como relações de poder entre os indivíduos.

A imprensa passou a ser vista como uma mediadora das relações de força na sociedade, pois vinculava informações e comentários que podiam ser responsáveis pela construção de um determinado setor social.

Mas foi o historiador, filósofo e teólogo Michel de Certeau⁹³, que procurou em suas obras *Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*, nos volumes I e II, de 1996, e a obra *A Cultura no Plural*, de 1995, a defender o estudo histórico baseado na interdisciplinaridade entre a História, a Antropologia, a Lingüística e a Psicanálise, buscando por meio desse cruzamento encontrar novas respostas às indagações que tinha sobre a construção dos valores sociais e culturais. Ele assimilou as idéias de Foucault e Bordieu sobre o poder como manipulador social, que ficava centrado nas mãos de uma classe. Contudo, acreditava que esse poder não se formava sozinho ou fosse inventado, pois para ele os indivíduos criavam um intercâmbio entre si, que fazia com que os valores fossem se misturando e se disseminando na sociedade, pois

⁹¹ FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁹³ CERTEAU, 1996.

Certeau afirmava que havia *antidisciplina*, tática criada pelos grupos menos favorecidos para burlar uma ordem vigente.

Para o autor, existem muitos mecanismos que levam a sociedade ou um grupo social, a seguir determinados padrões. Para ele a análise dos fatos sociais, não deveria ficar restrita ao estudo das instituições ou dos saberes, mas procurando relacionar as várias disciplinas humanas para encontrar uma resposta mais completa a determinados questionamentos. Apesar de ter seus estudos baseados na religiosidade e misticidade, suas obras tratam propositalmente da formação dos conceitos sociais de cultura e organização política. Com o entrelaçar dos diversos conceitos provenientes das mais distintas ciências, Certeau articulou o uso do saber à criação de padrões sociais, da mesma maneira que buscou observar o intercâmbio entre os setores sociais para que se formassem tais valores. Talvez seja essa a sua grande contribuição para este trabalho, pois Certeau analisa a criação de comportamentos sociais, avaliando sua origem e sua incorporação na sociedade e na personalidade dos indivíduos.

Para Michel de Certeau, a imprensa escrita tem um forte papel político ideológico, pois uma vez que a minoria ou um determinado grupo social não possui força política efetiva, elimina-se a sua capacidade de manifestar suas próprias idéias, sendo mais fácil a manipulação ideológica desse grupo por algum discurso.

Dessa maneira, segundo o autor, transformam-se as relações de poder construídas socialmente, em meros objetos culturais que fariam parte do folclore e mostrariam a cultura como um espetáculo, que pode ser comercializado por elementos políticos e econômicos.⁹⁴

Assim, Certeau, afirma que numa sociedade baseada por modelos científicos, os intelectuais seriam instrumentos de manutenção do poder e do sistema cultural vigente, pois eles participariam das instituições

⁹⁴ CERTEAU, 1995.

sociais e criariam as representações desejadas para cada situação histórica.

Esse poder dos intelectuais e letrados se postula na sua posição de eruditos e detentores do saber, uma vez que,

*(...) a cultura dos mestres, professores e letrados [...] cala o resto porque se quer e se diz a origem de tudo. Uma interpretação teórica está, portanto, ligada ao poder de um grupo e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar.*⁹⁵

Logo, Certeau afirma que a mídia/imprensa exerceria poder sobre a sociedade, criando modelos e opiniões, inclusive contribuindo para a formação de comportamentos sociais, pois serviria e ainda serve ao homem como meio de comunicação e de interação com a sociedade.

De acordo com essas teorias, a mídia é que exerce poder nas sociedades, delineando modelos e opiniões. Segundo Motta⁹⁶, não há poder sem imprensa, nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados. Desde o ano de 1440, quando Gutemberg inventou a tipografia, que deu à sociedade o acesso à imprensa, essa vem sendo utilizada como instrumento de luta pelo poder. Da mesma forma, ela tem um papel cultural na medida em que veicula e consolida hábitos, costumes e gostos.

Com um caráter mais empresarial, a imprensa vai retomar as mesmas funções de sua origem: a comercialização de informações e o caráter de mediador na transmissão dessas notícias, constituindo-se como um campo social que legitimará sua função na necessidade de levar ao conhecimento do público os fatos e os acontecimentos.

Logo, a imprensa vai assumir um lugar estratégico no processo de vitrinização da realidade, tendo o poder de visibilizar o que é real, e modelar a sociedade através de sua capacidade de produzir mensagens.

⁹⁵ CERTEAU, 1996.

⁹⁶ MOTTA, 2002.

Desta forma, a imprensa é parte do processo político, pois ela pode mostrar os acontecimentos políticos e sociais enquanto eles ocorrem, ajudando a determinar o que são esses acontecimentos. Sendo assim, a imprensa tem o poder de influenciar a sociedade devido a extensão das suas operações de comunicação.⁹⁷

2.2. O poder da imprensa e o comportamento feminino

A imprensa, no século XX, passou a desempenhar um papel de destaque na consolidação dos comportamentos sociais que deviam ser incorporados pela sociedade dita moderna.

Uma das principais preocupações dos intelectuais, políticos, juristas e outros membros da ordem pública era “ensinar” ou normatizar os comportamentos sociais para que esses se adequassem aos novos paradigmas. Seguindo esse pressuposto, a maioria das políticas públicas, se voltaram para a gestão da família, que era considerada pelo Estado como a célula base da sociedade. A família, em especial a mulher que historicamente a ela foi atrelada, se tornou alvo de campanhas da imprensa, para que se firmasse como o alicerce da modernidade que se desejava implantar no Brasil. Temas como o casamento, a sexualidade, a maternidade e a educação feminina assumiram uma enorme importância. Logo, a mulher se tornou alvo de intensas discussões e seu comportamento passou a ser objeto de estudo.

Os anos de 1920, conhecidos como “os anos loucos”, se caracterizaram pelas consequências da Primeira Guerra Mundial. As

⁹⁷ DIMBELY, R. e BURTON, Graeme. *Mais do que palavras: uma introdução à teoria da comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1990.

peças foram tomadas por um sentimento de insegurança e medo, que se refletiu em diversas manifestações. Expressões artísticas, como o cinema e a fotografia, fizeram parte da vanguarda intelectual que se formava, deslumbrada com encanto das máquinas, da velocidade. Era o período em que as pessoas procuravam estreitar relações entre o útil e o belo.⁹⁸ A sociedade deparava-se com as inovações trazidas pela tecnologia, como automóveis e luz elétrica, juntamente com o crescimento da imprensa escrita que ajudava a difundir as novidades.

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas pelo desejo de modernização, que se pautava na industrialização, na reestruturação do Estado, na urbanização e na mudança dos comportamentos sociais.

As cidades passaram por grandes reconstruções, principalmente no perímetro central, onde foram demolidos cortiços e outros tipos de habitações populares, para abrir espaço à construção de amplas avenidas, luxuosos prédios públicos, parques e praças ornamentadas. Aumentaram os cafés, salas de chá e cinemas em quase todas as cidades brasileiras.⁹⁹

A crescente produção industrial substituía cada vez mais a produção artesanal e doméstica por produtos industrializados, especialmente no setor de bens de consumo como roupas, sapatos, velas, etc. As lojas ofereciam mais produtos nacionais, mais baratos, e isso aumentava as vendas. A utilização de venda a crédito, expandiu as necessidades consumistas nas classes média e alta da sociedade no Brasil.

Os intelectuais, políticos, profissionais liberais e setores progressistas questionavam o sistema político brasileiro, afirmando que

⁹⁸ RODRIGUES, 1997.

⁹⁹ BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

esse deveria priorizar políticas públicas que procurassem disciplinar e higienizar a população, a fim de que ela se tornasse *moderna*.

E, nesse turbilhão de novidades, a mulher começava a ter mais espaço na sociedade, pois ela passou a participar mais ativamente da vida urbana, ficando assim mais exposta às mudanças que ocorriam.

De acordo com Besse, o processo de modernização exigia que as mulheres participassem da vida pública, além do que

*(...) a comunidade profissional e intelectual do Brasil lutava por "regenerar" a família e elevá-la (com as mulheres em seu centro) como instituição social primordial e essencial, capaz de promover a modernização econômica, preservando a ordem social.*¹⁰⁰

O desenvolvimento da industrialização no Brasil acarretou algumas alterações no comportamento das mulheres. Uma dessas alterações ocorria no fato de anteriormente, no século XIX, as mulheres serem responsáveis pela costura das roupas familiares, somente as de classe mais abastadas podiam contratar costureiras, mas mesmo essas aprendiam noções de corte, costura e bordados. A partir da década de 1920, com o crescimento das classes médias e as novas condições de pagamento, iniciou-se o comércio de *roupas feitas*, quer dizer, produzidas industrialmente.

A imprensa, em especial as revistas, incentivou o consumo das *roupas feitas*, o que logo as transformou em moda e objeto de desejo das mulheres. No entanto, como afirma Buitoni, a moda tornou-se intrínseca às publicações voltadas às mulheres, pois produzia uma sensação de temporalidade e atualização ao que estava acontecendo na Europa.¹⁰¹

A moda era um dos assuntos mais debatidos nas revistas ou qualquer publicação que tivesse como público alvo a mulher. Agora,

¹⁰⁰ BESSE, 1999. p. 3

¹⁰¹ BUITONI, Dulcília Schoroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

elas não mais usavam cabelos longos e sim curtíssimos, cortados *a la garçonne*, mostrando sua nuca, da mesma forma que os vestidos diminuíram, abolindo os espartilhos e revelando as pernas e os braços antes escondidos. Os tecidos se tornaram mais leves e marcavam o contorno do corpo. A maquiagem tornava-se mais escura, com olhos bem marcados, ruge na face e batons vermelhos. A sensualidade feminina passou a ser incorporada à sociedade, mas não no aspecto sexual, e sim, transformando a mulher numa “obra de arte”¹⁰² e que, como tal, deveria ser sempre bonita e elegante.

Na década de 1920, as capas de revistas apresentavam mulheres vestidas elegantemente, andando sozinhas pelas ruas, com o intuito de *fazer compras*. Então, o ato de *fazer comprar* representava para as mulheres muito mais do que o consumo de produtos, mas a oportunidade de sair de casa sozinha, exhibir-se em sociedade e flertar.¹⁰³

Além do estímulo à moda, a imprensa também promovia um culto à beleza. A maioria das publicações da época, organizava concursos de beleza, em que o padrão eram as atrizes do cinema norte-americano. Criava-se a imagem da mulher como a *sacerdotisa da beleza*.¹⁰⁴

Essas *sacerdotisas* se inspiravam nas estrelas do cinema, que a partir das primeiras décadas do século XX, se popularizavam no Brasil devido à abertura de salas de projeção nas principais cidades, o que impulsionou a importação de filmes estrangeiros e a criação de filmes nacionais.

A fascinação exercida pelo espetáculo mecânico, considerado como símbolo da modernidade, se estendeu por toda a sociedade,

¹⁰² RODRIGUES, 1997.

¹⁰³ BESSE, 1999.

¹⁰⁴ BUITONI, 1981.

inclusive conquistando a comunidade intelectual que considerava o cinema uma arte.¹⁰⁵

Nos anos após à Primeira Guerra, o mercado cinematográfico brasileiro foi invadido pelas produções norte-americanas, que não tardaram em controlar o comércio de distribuição e exibição cinematográfico.

Isso provocou um grande impacto na sociedade brasileira, pois induziu novas demandas de consumo, novos padrões de comportamento, de estilos e de valores. Todos importados da Europa e dos Estados Unidos da América.

O cinema envolveu principalmente as mulheres, que encontravam nos filmes estrangeiros, os modos de vida das mulheres européias e norte-americanas, consideradas *modernas*.

Assim, o cinema inaugura para as mulheres novos modelos de comportamento, originando novos hábitos, tais como o

*(...)de fumar cigarros, uso de calças compridas, de bengalas, de turbantes, de pijamas de seda, novos cortes de cabelo, novos passos de dança veiculados pelas atrizes americanas vão informar o comportamento das atrizes nacionais, gerando formas particulares de representação do imaginário feminino da época.*¹⁰⁶

As imagens femininas exibidas nos filmes apresentavam mulheres sensuais, as melindrosas e as jovens independentes que trabalhavam fora. Uma realidade muito diferente daquela em que viviam as brasileiras.

As revistas nacionais e estrangeiras também falavam da vida das atrizes e artistas do cinema mudo e do teatro. O relato do cotidiano

¹⁰⁵ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A arte da sedução: a representação da mulher no cinema mudo brasileiro. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. p. 89 a 117.

¹⁰⁶ *Idem*. p. 27

dessas mulheres que muitas vezes moravam sozinhas e não se casavam ou se casavam várias vezes, inspirava as leitoras brasileiras.

As revistas brasileiras incitavam a popularização dos artistas, como acontecia nos Estados Unidos, contribuindo para a criação de mitos em torno deles, que passaram a ter suas vidas expostas nas publicações, já que isso animava a divulgação dos filmes.

Contudo, as imagens femininas disseminadas pelo cinema se tornaram um tema controvertido na imprensa. Muitos intelectuais, políticos e outros conservadores criticavam a divulgação de filmes que acreditavam ter um conteúdo imoral e libidinoso. Essa discussão foi muito acirrada. Para muitos, os pais deveriam censurar as filhas e não deixá-las assistir a todas as fitas. Outros, mais rígidos, preferiam uma censura aos filmes destinados às moças.¹⁰⁷

Muitos artigos foram escritos em revistas, criticando as mulheres que se deixavam levar pelas idéias expostas nos filmes, entrevistas ou narração da vida de algumas atrizes. Ruy Diniz, no artigo sem título, publicado na revista *Vida Capichaba*, em 1924, exemplifica essa tendência quando afirma que

Que as senhoras e senhoritas, todas embiocadas, voltem as costas ao cinema, voltando a Igreja: troquem quanto antes o nécessaire luxuoso, pelo terço, pelo rosario santificador.

Conclui-se que a imagem da mulher passada pelos filmes estrangeiros se congregou ao cotidiano e à subjetividade feminina, a ponto de se apresentar como uma expressão de sua experiência social e da formulação de sua auto-imagem nos anos de 1920.¹⁰⁸

Contrariando a imagem criada pelo cinema estrangeiro, a imprensa brasileira da década de 1920, procurava retratar a mulher

¹⁰⁷ BICALHO, 1992.

¹⁰⁸ *Idem*.

como *uma flor frágil e desamparada* ¹⁰⁹, que necessitava ser protegida pela sociedade.

Essa idéia foi amparada no saber médico, que tinha assegurado para si uma forte influência na burocracia governamental, bem como na população de classe média e alta. Segundo Costa¹¹⁰, a medicina tomou a mulher com o objeto de estudo, tornando-se aliada dos governos e intelectuais do período, no planejamento de normas que deveriam ser aplicadas às mulheres.

A mulher era vista como um instrumento, que poderia ser utilizado pelos médicos, políticos, inspetores de polícia e outros setores dominantes, para a efetivação dos conceitos de higiene e modernização. Logo, era ela a responsável pela educação dos filhos e organização do lar, então nada mais conveniente do que discipliná-la à *nova ordem*. E os médicos exerceram um papel primordial neste aspecto, pois o médico penetrava no espaço familiar, estabelecendo a confiança e um contato mais íntimo com a mulher, tentando modificar, aos poucos, o perfil das relações familiares. ¹¹¹

Como tudo deveria ser planejado e organizado, o saber científico, ganhou mais respaldo dentro da sociedade, já não mais se procurava o prático e sim o profissional, formado na universidade.

Durante as primeiras décadas do século XX, os médicos passaram a se aprofundar nos estudos sobre a saúde da mulher, áreas como a ginecologia e obstetrícia se desenvolveram e as antigas parteiras começaram a ser substituídas, especialmente nas camadas altas da sociedade. O médico já podia examinar uma paciente sem que essa ficasse constrangida, pois os códigos de conduta profissional e social

¹⁰⁹ BUITONI, 1981.

¹¹⁰ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal. 1983.

¹¹¹ ENGEL, 1987.

mudaram, e havia uma maior proximidade entre o médico e a paciente.¹¹²

Outras áreas da medicina também se ocuparam no tratamento específico para as mulheres, era o caso da psiquiatria que, baseada nas idéias freudianas, procurava tratar mulheres que sofriam de distúrbios nervosos. Além da cirurgia plástica, incentivada pelo culto à beleza e juventude, não apenas se faziam cirurgias corretoras de alguma deficiência ou deformidade, mas se especializava no tratamento das rugas.¹¹³

Os médicos passaram a indicar para a saúde das mulheres os exercícios físicos, orientação que foi muito difundida nas escolas, e os banhos de mar que se acreditava fazer bem à pele.

Nas revistas, era comum a presença de propaganda de remédios voltados para as mulheres, que prometiam a cura de problemas, tais como, mancha na pele ou desconfortos causados pela menstruação. Geralmente, a mulher era apresentada, tanto pelas revistas como pelos discursos médicos, como um ser frágil e delicado, que precisava ser cuidado.

Conceitos como castidade, maternidade e inferioridade intelectual feminina, permaneceram nos discursos médicos, que afirmavam a tendência biológica da mulher à fragilidade e submissão, em contraste com o homem, forte e inteligente.

As concepções médicas estavam relacionadas à idéia de que a família ou a mulher era a mediadora mais eficiente para a modernidade no Brasil. Dessa maneira, era preciso higienizar, medicar e normatizar o seu comportamento para que ela atingisse seu objetivo, a regeneração familiar e manutenção da ordem social. Por isso, a educação feminina, que no século XIX era uma reivindicação do movimento feminista, no

¹¹² BESSE, 1999

¹¹³ *Idem.*

século XX se tornou uma necessidade dos governos progressistas, que desejavam transformar a mulher no *baluarte da modernidade*.¹¹⁴

Esta educação se evidenciou como uma necessidade na vida das mulheres urbanas e na sociedade brasileira, que se encontrava em ampla expansão industrial. A comunidade intelectual acreditava que a educação feminina era essencial para o aprimoramento da saúde das mulheres e para prepará-las para atender às exigências da maternidade competente e administração do lar.

As escolas tinham a responsabilidade de formar as moças para a atuação no mercado de trabalho e nos afazeres domésticos, contudo, o trabalho feminino estava atrelado a sua função familiar. Ocupações que não seguissem esse padrão eram consideradas *masculinizadas* e não próprias para as moças.

O ensino ministrado às mulheres era evasivo, não incentivava a pesquisa científica, nem ao crescimento intelectual. Na verdade, o conhecimento feminino deveria estar voltado para a família e quem não comungava desses ideais era rejeitada e ridicularizada.

A educação das mulheres também se diferenciava de acordo com as classes sociais, as pobres aprendiam profissões que pudessem lhes dar algum sustento, enquanto as de classe média e alta tinham uma educação mais refinada, ligadas à arte e literatura, mas ainda voltadas para o casamento e a família. Todavia, em alguns casos, essas mulheres poderiam ampliar seus estudos chegando à universidade.

Este processo de educação foi utilizado por alguns setores da sociedade para fomentar nas mulheres a idéia de que elas deveriam planejar suas vidas em torno do casamento e da constituição de uma família.

¹¹⁴ BESSE, 1999.

Para Azevedo¹¹⁵ e Ferreira¹¹⁶, a função da educação feminina era mais socializadora, pois pretendia manter a domesticidade da mulher, do que libertadora.

Segundo esses discursos, as mulheres deveriam ser boas donas de casa, cuidar da família, dos filhos e do marido. O dever das brasileiras nas primeiras décadas do século XX foi assim traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matrizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. A construção e difusão do comportamento feminino ideal, que limitava seu horizonte ao *recôndito do lar*.¹¹⁷

Numa realidade em que não se deixava espaço para a realização da mulher fora do lar, um discurso era bastante conhecido, qual seja,

*O lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã.*¹¹⁸

Aos homens, por sua vez, cabia a função de sustentar a família, a eles pertenciam à rua, o trabalho e o mundo.

O Código Civil Brasileiro, criado em 1916, confirmava a continuidade da submissão da esposa ao marido, mesmo em tempos de propagação de um mundo moderno. Vários preceitos colocavam a mulher na condição de inferioridade em relação ao homem. O marido podia utilizar-se da força para impor-se à esposa em caso de desobediência, situação considerada de violência *legítima*. Até para trabalhar, ela dependia da autorização do esposo ou de um juiz. Além

¹¹⁵ AZEVEDO e FERREIRA, 2006.

¹¹⁶ *Idem*.

¹¹⁷ MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Volume 3. p.369-370.

¹¹⁸ *Idem*.

disso, cabia somente ao marido a administração dos bens do casal e do próprio lar. ¹¹⁹

Sevcenko¹²⁰ explica que o Código Civil Brasileiro de 1916 legitimava normas sobre a sociedade matrimonial que assegurava a sua posição privilegiada na estrutura social, além de legalizar prerrogativas sociais que atribuíam à figura masculina a superioridade e poder na relação conjugal e impingiam às mulheres a submissão e dedicação *quase* que exclusiva à família. ¹²¹

Apesar de toda a luta para tentar normatizar o comportamento da mulher, alguns elementos utilizados pelos reformadores, em especial a imprensa, se transformou em um meio de contestação, pois foi através dele que as mulheres brasileiras tomaram conhecimento das transformações que ocorriam no mundo, como as campanhas sufragistas espalhadas pela Europa e nos Estados Unidos da América, além de instigar a criação no Brasil de comitês que se organizavam sob a égide do voto feminino.

O voto feminino era um assunto comum, chegando até ser elegante em alguns círculos da elite brasileira. Segundo Hahner¹²², os políticos brasileiros se sentiam mais a vontade de discutir a questão do voto com as mulheres mais educadas e refinadas do século XX do que com as francas sufragistas do século XIX.

Observa-se que o aumento da escolaridade produziu mulheres mais conscientes, especialmente nas elites, que buscavam lutar pelos seus direitos e muitas vezes não aderiam ao ideal da mulher voltada para o casamento.

¹¹⁹ SERPA, Leoni Terezinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro* (1928/1945). Passo Fundo: Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade de Passo Fundo, 2003.

¹²⁰ SEVCENKO, 1998.

¹²¹ *Idem*.

¹²² HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Sendo assim, mesmo que indiretamente, a imprensa apresentava às mulheres novas realidades em diferentes partes do mundo, o que causava curiosidade e busca pelos padrões comportamentais considerados como desviados pela maioria da sociedade.

Para Bicalho¹²³, as mulheres que procuravam seguir os comportamentos contrários aos que a sociedade impunha, eram rejeitadas. Também os filmes mostravam que as mulheres sensuais e independentes acabavam sozinhas e tristes, e as mocinhas bem comportadas encontravam seu final feliz.

Por isso, as mudanças no comportamento feminino, ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XX, incomodaram os conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas. Afinal, era muito recente a presença das moças das camadas média e alta, as chamadas *de boa família*, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo o que se fizesse necessário. Logo, era preciso reestruturar o comportamento feminino de acordo com a idéia de que o lugar da mulher é na família e em casa.¹²⁴

De acordo com Besse¹²⁵, devido às mudanças que estavam acontecendo na vida das mulheres, muitos intelectuais, políticos, juristas, médicos e outros setores politicamente ativos da sociedade acreditavam que era necessário criar um programa social, que procurava estabelecer padrões de comportamento feminino, fundamentados na maternidade e na família. Portanto, foram realizados apelos emocionais ou cívicos a elas, como uma forma de pressioná-las a seguir esses modelos.

A maior socialização das mulheres a partir dos anos de 1920 era a educação. Nesse processo de socialização elas se deparavam com um

¹²³ BICALHO, 1992.

¹²⁴ BESSE, 1999.

¹²⁵ *Idem*.

novo padrão de comportamento, ao mesmo tempo em que tinham maiores oportunidades de participar de alguns eventos sociais. Contudo, essas mesmas oportunidades tentavam restringir o papel social feminino ao de mãe e esposa, uma vez supervalorizavam os atributos ditos femininos como a doçura e gentileza. Chegavam mesmo a legar às mulheres profissões nas quais deveriam desenvolver atividades que as mulheres exerciam no setor doméstico, isto é lidar com as crianças - serem professoras primárias e enfermeiras.¹²⁶

A mudança de governo instalada nos anos de 1930, após a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, não modificou a função social da mulher. Vargas implantou uma ditadura, e criou projetos e políticas públicas que tentavam mantê-la no âmbito familiar e no casamento, discursava sobre a importância dela na formação dos futuros cidadãos e afirmando que dela dependia a formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto a imprensa exerceu uma forte influência na criação do comportamento da mulher, redirecionando as tarefas familiares e auxiliares do homem, pois tanto no período da Primeira República, quanto no governo de Vargas, a imprensa foi usada por intelectuais e políticos para legitimar e regulamentar o papel social da mulher.

Tanto para Besse¹²⁷, quanto para Bazanezi¹²⁸, Rago¹²⁹ e Alves¹³⁰, a imprensa exercia uma função de divulgadora do comportamento feminino, que sempre o atrelava ao casamento. Mesmo quando a imprensa valorizava a educação feminina, afirmava que essa deveria estar voltada para o bem-estar familiar e para a procura de um

¹²⁶ ARAUJO, 1995.

¹²⁷ BESSE, 1999.

¹²⁸ BASSANEZI, Carla. Virando as Páginas, revendo as mulheres: Revistas Femininas e Relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹²⁹ RAGO, 1985.

¹³⁰ ALVES, Denise. *O desencontro* marcado: a velha-mulher-nova e o machão moderno. Petrópolis: Vozes, 1985.

matrimônio. De acordo com o pensamento difundido pela imprensa, a felicidade da mulher estava na criação de filhos e cuidados com a casa e o marido.

Um exemplo disso foi a revista *Vida Capichaba* que, apesar de não ter como alvo específico o público feminino, acabou encontrando nas leitoras as grandes responsáveis pelos índices de venda, pois a elas eram direcionadas muitas das matérias escritas nas revistas.

Os editores passaram, então a ver com interesse esse público em especial, já que a mulher não possuía acesso direto ao mundo público, a revista funcionava como mediadora entre a esfera pública e a privada. Desta maneira, as mulheres se informavam sobre os acontecimentos sociais, a moda, e alguns temas políticos.

Interpeladas e retratadas pela revista, as mulheres tornavam-se alvo de um discurso normativo que, insistindo no que elas deveriam ser, constituiu uma imagem que contribuía para a naturalização de estereótipos.

A revista utilizava-se do seu poder de persuasão sobre o público feminino para tentar incorporar valores morais, como vida familiar e o casamento. Observa-se, portanto, que a revista *Vida Capichaba* sempre deu destaque à figura feminina, enaltecendo os valores culturais e morais da mulher como formadora da sociedade no papel de mãe e esposa, como verdadeiros alicerces da família.

Apropriando-se de comportamentos culturais, a revista *Vida Capichaba* contribuiu para a perpetuação de condutas sociais e fomentou o imaginário de que o destino feminino era o casamento. A revista se apropriou desse discurso e invadiu o mundo do imaginário, recriando, revisitando, elaborando algo que é muito maior que as próprias informações e que tende a ser comum a uma série de pessoas pertencentes a um determinado grupo social, ou seja, a fomentou dos desejos e sonhos das mulheres capixabas.